

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Planejamento

2º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Janeiro a Agosto
2016

Setembro de 2016

Índice

Introdução	5
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira	7
1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 2º Quadrimestre de 2016 - Grandes Grupos	8
1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 2º Quadrimestre de 2016.....	11
1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 2º Quadrimestre de 2016	13
1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 2º Quadrimestre de 2016.....	14
1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde	15
1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2016).....	18
1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 2º Quadrimestre de 2016	19
2. Desembolso Financeiro	31
2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)	31
2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41.....	35
2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	36
2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	37
3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC ATUALIZAR	38
4. Indicadores (Resultado Cumulativo)	40
5. Resultados Qualitativos dos Objetivos da PAS – 2º Quadrimestre/2016	43
Objetivo 01. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.	43
Objetivo 02. Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas..	48
Objetivo 03. Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.	53

Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.	56
Objetivo 05. Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.	62
Objetivo 06. Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.	66
Objetivo 07. Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.	69
Objetivo 08. Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.	75
Objetivo 09. Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.	78
Objetivo 10. Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.	80
Objetivo 11. Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.	83
Objetivo 12. Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.	87
Objetivo 13. Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.	90
ANEXO I.	92

Introdução

Com a finalidade de atender ao disposto na Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, o Ministério da Saúde (MS) apresenta o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC), referente ao quadrimestre de maio a agosto de 2016, com os resultados acumulados de janeiro a agosto de 2016. Este relatório contém o desempenho do MS detalhado de acordo com o Art. 36 da referida Lei Complementar e foi formatado em adequação ao nível de informação pactuado com a Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin/CNS).

A partir do exercício de 2016 a estruturação do Plano Nacional de Saúde, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 07 e 08 de julho de 2016, levou em consideração as diretrizes definidas pelo CNS que, conjuntamente com outros elementos, auxiliaram na definição de Objetivos, Metas e Indicadores. O CNS optou por organizar suas diretrizes a partir de eixos temáticos que orientam as linhas de atuação contidas nas respectivas diretrizes.

Definidas as diretrizes, foram estabelecidos os objetivos relacionados e determinadas as metas, predominantemente quantificadas, permitindo a aferição do grau de alcance dos resultados pretendidos.

As informações que permitem a análise dos resultados do segundo quadrimestre de 2016 foram originadas dos sistemas oficiais de informações em saúde, com preenchimento realizado pelos entes federados, responsáveis pela execução da maior parte das ações de saúde aqui apresentadas. As linhas de atuação propostas pela coordenação nacional do SUS, sob responsabilidade do MS, e a sua adequação às diferentes realidades inter e intra regionais, manifestadas no âmbito local, são indicativos importantes a serem considerados na análise dos resultados obtidos. É válido destacar que a eficácia dos processos decisórios inerentes à gestão do SUS revela-se na prestação de contas dos resultados obtidos e contribuem para a atuação do controle social e das instâncias Intergestores Bipartite e Tripartite.

O desempenho obtido no presente quadrimestre deve ser debatido de modo a permitir a avaliação da participação federal na implementação da política de saúde e na obtenção dos resultados alcançados, a partir da utilização de um modelo de gestão descentralizado e democrático, referido aos objetivos estratégicos que norteiam a gestão federal; aos objetivos e metas do Plano Nacional de Saúde 2016/2019; aos objetivos, metas e iniciativas do Plano Plurianual 2016/2019 e, por fim, às ações da Lei Orçamentária Anual de 2016. Esse conjunto de normas organiza a atuação governamental, contribui para o aperfeiçoamento e transparência da gestão, potencializa o monitoramento e a avaliação do gasto em saúde, além de instrumentalizar a atuação do controle social.

A sistematização das informações disponibilizadas explicita o desempenho das principais linhas de atuação constantes em outros instrumentos de gestão, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e do Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados do MS (Ecar/MS) e guarda coerência com outros documentos semelhantes dirigidos ao Congresso Nacional e aos Órgãos de Controle da administração pública.

Este relatório divide-se em cinco seções, além desta introdução. Na primeira é apresentado um demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos federais em geral, com destaque para as unidades hospitalares próprias e com participação da União. A segunda demonstra a execução financeira por meio das transferências fundo a fundo a estados e municípios, segundo os grandes blocos de financiamento e modalidade de aplicação.

A terceira retrata a quantificação da produção de bens, insumos e serviços de saúde, com destaque para a rede própria de hospitais federais. A quarta contém uma síntese do desempenho setorial por meio dos resultados apresentados por indicadores estrategicamente selecionados, complementada por comentários sobre a situação verificada por cada indicador. A quinta seção permite a formulação de uma análise situacional dos objetivos estratégicos por meio da comparação dos resultados atingidos no segundo quadrimestre de 2016, relacionando-os com a meta anual proposta na Programação Anual de Saúde 2016 e em outras programações da pasta. No anexo constam os resultados das atividades de controle encerradas até agosto de 2016 pelo Departamento de Auditoria do SUS.

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

O orçamento do Ministério da Saúde foi definido pela Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO

Em R\$ Milhões

ITEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DISPONIBIL. P/ EMPENHO	EMPENHADO	PAGO	SALDO A PAGAR	% DISPON.	SALDO DISPON.	% SALDO
	(A)	(B)	(C)	(D)	E = (C - D)	F = (C / B)	G = (B - C)	H = (G / B)
PESSOAL ATIVO - ASPS	10.100,7	10.100,7	9.075,8	5.922,3	3.153,5	89,9%	1.024,8	10,1%
PESSOAL ATIVO - ANS - NÃO ASPS	165,1	165,1	150,8	99,7	51,0	91,3%	14,4	8,7%
PESSOAL ATIVO - ID USO 0 - exceto ANS (Reserva de Contingência)	9,1	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0%	9,1	100,0%
INATIVO	7.929,5	7.929,5	7.895,1	5.287,3	2.607,8	99,6%	34,4	0,4%
DÍVIDA	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	2,0	100,0%
ANS - UO 74202	11,1	11,1	5,7	3,1	2,7	51,7%	5,4	48,3%
OCC - ASPS	99.048,2	96.906,3	82.221,7	55.090,1	27.131,7	84,8%	14.684,6	15,2%
<i>Programação Própria</i>	92.217,6	92.287,9	79.763,4	54.906,0	24.857,4	86,4%	12.524,5	13,6%
<i>Emendas</i>	6.814,7	4.602,9	2.451,3	182,3	2.269,0	53,3%	2.151,6	46,7%
<i>Sentenças Judiciais</i>	15,9	15,5	7,0	1,8	5,2	45,2%	8,5	54,8%
OCC - NÃO ASPS	1.559,4	1.351,3	942,0	705,3	236,7	69,7%	409,3	30,3%
<i>Programação Própria</i>	1.377,3	1.328,4	924,0	701,9	222,1	69,6%	404,4	30,4%
<i>Emendas</i>	174,8	15,5	13,4	0,0	13,4	86,3%	2,1	13,7%
<i>Sentenças Judiciais</i>	7,3	7,3	4,6	3,5	1,2	63,3%	2,7	36,7%
TOTAL ASPS	109.148,9	107.007,0	91.297,5	61.012,4	30.285,2	85,3%	15.709,5	14,7%
TOTAL NÃO ASPS	9.676,2	9.455,0	8.993,6	6.095,4	2.898,2	95,1%	474,5	5,0%
TOTAL MIN. SAÚDE	118.825,0	116.462,0	100.291,2	67.107,8	33.183,4	86,1%	16.183,9	13,9%

Fonte: Tesouro Gerencial. Extraído em 12 de setembro de 2016

1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 2º Quadrimestre de 2016 - Grandes Grupos

CONSOLIDADO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO		ID USO	EXECUTADO EM 2015	PLQA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP (%)	LIQ (%)	SALDO (%)
1	ITENS GLOBAIS - PESSOAL ATIVO INATIVO E DIVIDA		17.619.918.736	18.724.908.753	18.203.682.934	18.206.349.823	17.121.674.460	11.315.548.891	11.309.294.439	1.084.675.363	94,04	62,15	5,96
2	PESSOAL ATIVO		9.665.560.658	10.794.189.716	10.272.963.897	10.274.880.786	9.226.583.305	6.026.802.187	6.022.038.409	1.048.297.481	89,80	58,66	10,20
		0	145.690.524	610.309.950	174.227.983	174.227.983	150.767.136	104.345.432	99.736.258	23.460.847	86,53	59,89	13,47
		6	9.519.870.134	10.183.879.766	10.098.735.914	10.100.652.803	9.075.816.169	5.922.456.754	5.922.302.151	1.024.836.634	89,85	58,63	10,15
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	0	7.938.467.953	7.928.763.037	7.928.763.037	7.929.513.037	7.895.091.156	5.288.746.704	5.287.256.030	34.421.881	99,57	66,70	0,43
4	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	0	15.890.125	1.956.000	1.956.000	1.956.000	0	0	0	1.956.000	0,00	0,00	100,00
5	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS		90.112.797.360	88.230.997.508	97.336.599.258	97.621.528.034	81.722.139.404	55.979.339.155	54.700.732.563	15.899.388.630	83,71	57,34	16,29
6	COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	6	3.761.174	32.500.000	32.500.000	32.500.000	3.603.215	1.650.000	1.650.000	28.896.785	11,09	5,08	88,91
8	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	6	323.140.505	420.000.000	410.524.000	410.524.000	224.005.779	177.714.252	176.188.314	186.518.221	54,57	43,29	45,43
9	MANUTENÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS	6	62.160.831	73.000.000	71.600.000	71.600.000	39.202.803	24.508.973	24.384.039	32.397.197	54,75	34,23	45,25
10	HOSPITAIS PRÓPRIOS	6	958.792.745	1.017.000.000	1.007.260.000	1.007.260.000	709.929.541	485.808.590	424.134.447	297.330.459	70,48	48,23	29,52
11	INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCa	6	315.536.616	366.000.000	350.800.000	350.800.000	222.200.973	179.819.471	154.474.614	128.599.027	63,34	51,26	36,66
12	PIONEIRAS SOCIAIS	6	896.882.275	948.000.000	948.000.000	948.000.000	948.000.000	632.000.000	632.000.000	0	100,00	66,67	0,00
13	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	6	148.860.625	205.000.000	205.000.000	205.000.000	95.500.000	80.039.782	77.115.800	109.500.000	46,59	39,04	53,41
14	SERV. DE PROCESSAMENTO DADOS - DATASUS	6	328.376.891	517.000.000	491.300.000	491.300.000	379.045.203	280.326.759	277.875.184	112.254.797	77,15	57,06	22,85
15	PROGRAMA SANGUE E HEMODERIVADOS	6	1.084.084.602	1.468.000.000	1.442.288.646	1.442.288.646	1.062.288.118	655.842.596	654.674.262	380.000.528	73,65	45,47	26,35
16	INCENTIVO FINANCEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	6	1.769.223.459	2.292.000.000	2.292.000.000	2.292.000.000	1.062.223.240	780.902.143	769.074.416	1.229.776.760	46,34	34,07	53,66
18	VACINAS E VACINAÇÃO	6	3.300.232.110	3.155.000.000	3.155.000.000	3.470.000.000	3.190.963.325	1.744.339.033	1.396.162.100	279.036.675	91,96	50,27	8,04
19	OUTROS PROGRAMAS		1.123.167.339	1.673.355.000	1.548.613.599	1.530.387.160	605.362.535	444.818.029	424.816.574	925.024.625	39,56	29,07	60,44
		0				60.283.214	0	0	0	60.283.214	0,00	0,00	100,00
		6				1.470.103.946	605.362.535	444.818.029	424.816.574	864.741.411	41,18	30,26	58,82
20	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUS	6	1.042.582.911	1.071.121.000	1.070.041.000	1.070.041.000	769.752.514	523.253.494	518.441.902	300.288.486	71,94	48,90	28,06
21	FOMENTO A PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6	26.501.625	88.000.000	84.128.000	84.128.000	23.633.800	7.000.000	7.000.000	60.494.200	28,09	8,32	71,91
23	PROG. ESTRUTURAÇÃO SAÚDE FAMÍLIA - PROESF	6	43.792.575	110.000.000	110.000.000	110.000.000	89.376.582	38.290.373	32.749.999	20.623.418	81,25	34,81	18,75
24	REEST. DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - REHUF	6	343.322.096	465.000.000	452.000.000	426.000.000	251.144.303	176.139.353	130.390.728	174.855.697	58,95	41,35	41,05

25	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DAS DST / AIDS	6	176.939.899	178.500.000	178.500.000	178.500.000	120.322.579	120.322.579	105.419.921	58.177.421	67,41	67,41	32,59
26	SAÚDE INDÍGENA	6	1.369.923.057	1.510.000.000	1.485.760.000	1.485.760.000	1.012.515.286	866.896.635	860.494.822	473.244.714	68,15	58,35	31,85
27	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC (AIH/SIA/SUS)	6	43.132.910.999	37.391.128.040	39.994.659.744	40.544.659.744	37.375.334.714	27.865.962.116	27.431.306.386	3.169.325.030	92,18	68,73	7,82
28	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	6	5.865.366.798	7.000.000.000	7.000.000.000	7.000.000.000	6.214.324.019	3.921.973.512	3.789.746.130	785.675.981	88,78	56,03	11,22
29	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	6	4.935.159.675	5.400.000.000	5.400.000.000	5.065.000.000	4.858.895.606	3.241.070.485	3.237.339.987	206.104.394	95,93	63,99	4,07
30	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PACS/PSF	6	12.469.221.347	13.931.000.000	13.931.000.000	13.716.000.000	12.953.688.244	8.763.681.049	8.761.912.862	762.311.756	94,44	63,89	5,56
31	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	6	1.014.338.455	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000	1.083.145.003	656.014.721	656.014.721	16.854.997	98,47	59,64	1,53
32	ATENÇÃO SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA, ADOL. E JOVEM	6	13.398.978	73.233.000	69.499.000	69.499.000	32.947.120	17.446.440	5.389.520	36.551.880	47,41	25,10	52,59
33	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAB	6	181.555.765	188.000.000	188.000.000	188.000.000	118.489.135	103.764.935	103.469.056	69.510.865	63,03	55,19	36,97
34	FARMÁCIA BÁSICA - PAB	6	1.229.474.378	1.520.000.000	1.520.000.000	1.520.000.000	1.234.973.058	770.465.823	770.315.611	285.026.942	81,25	50,69	18,75
35	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	6	214.728.114	245.725.000	244.000.000	230.000.000	212.059.153	129.731.943	129.611.943	17.940.847	92,20	56,41	7,80
			3.039.695.914	2.660.500.000	3.151.897.334	2.978.572.378	2.193.793.182	1.581.231.441	1.552.905.882	784.779.196	73,65	53,09	26,35
36	FARMÁCIAS POPULARES	0				633.072.378	428.521.148	323.251.695	321.323.955	204.551.230	67,69	51,06	32,31
		6				2.345.500.000	1.765.272.034	1.257.979.746	1.231.581.928	580.227.966	75,26	53,63	24,74
37	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	6	266.928.598	325.000.000	319.100.000	319.100.000	89.534.995	74.220.403	74.049.099	229.565.005	28,06	23,26	71,94
38	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	6	339.802.801	340.000.000	340.000.000	340.000.000	232.620.744	137.636.966	137.330.388	107.379.256	68,42	40,48	31,58
39	AQUIS. E DISTRIB.MEDICAMENTOS/DST/AIDS	6	1.097.454.246	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000	982.049.427	653.173.468	584.072.097	117.950.573	89,28	59,38	10,72
41	REAPARELHAMENTO UNIDADES DO SUS / MS	6	299.281.204	686.200.000	499.369.554	588.630.384	297.463.166	136.257.668	93.945.623	291.167.218	50,53	23,15	49,47
			369.581.168	381.548.508	383.585.577	477.810.008	381.281.072	317.413.087	317.389.680	96.528.936	79,80	66,43	20,20
42	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	0				2.037.069	1.501.355	936.934	936.934	535.714	73,70	45,99	26,30
		6				475.772.939	379.779.717	316.476.154	316.452.746	95.993.222	79,82	66,52	20,18
43	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	6	264.680.551	295.155.960	295.155.960	307.502.537	264.916.433	204.086.965	204.086.965	42.586.104	86,15	66,37	13,85
44	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0	3.345.796	4.031.000	4.031.000	4.031.000	3.450.000	2.534.501	2.518.501	581.000	85,59	62,88	14,41
			2.058.591.236	0	6.460.985.844	6.466.634.177	2.384.104.538	183.001.568	182.280.988	4.082.529.639	36,87	2,83	63,13
45	EMENDAS NOMINATIVAS	0				14.411.167	5.540.000	0	0	8.871.167	38,44	0,00	61,56
		6				6.452.223.010	2.378.564.538	183.001.568	182.280.988	4.073.658.472	36,86	2,84	63,14
46	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA		241.270.632	321.046.031	321.687.392	323.836.243	163.426.113	130.421.896	118.959.575	160.410.130	50,47	40,27	49,53
47	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	6	96.051.857	118.300.000	118.300.000	118.300.000	62.809.510	48.188.035	48.053.555	55.490.490	53,09	40,73	46,91
48	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	6	130.928.539	185.700.000	185.700.000	185.700.000	82.809.882	68.890.514	57.562.674	102.890.118	44,59	37,10	55,41
			9.936.249	10.673.568	11.314.929	13.463.780	11.514.102	8.873.977	8.873.977	1.949.678	85,52	65,91	14,48
50	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	0				641.361	361.690	334.646	334.646	279.671	56,39	52,18	43,61
		6				12.822.419	11.152.412	8.539.332	8.539.332	1.670.007	86,98	66,60	13,02
51	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	0	4.346.184	4.995.600	4.995.600	4.995.600	4.995.600	3.172.350	3.172.350	0	100,00	63,50	0,00
49	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	6	7.803	1.376.863	1.376.863	1.376.863	1.297.019	1.297.019	1.297.019	79.844	94,20	94,20	5,80
52	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA		874.834.942	625.209.835	1.080.036.567	1.105.698.403	390.791.870	211.497.348	210.341.848	714.906.533	35,34	19,13	64,66
53	PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO		347.586.282	70.000.000	55.111.304	78.837.743	70.237.440	61.652.255	61.434.290	8.600.303	89,09	78,20	10,91

55	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	6	140.852.166	160.000.000	158.000.000	158.000.000	88.753.857	62.746.744	61.854.995	69.246.143	56,17	39,71	43,83
			84.633.110	205.104.000	169.867.200	169.867.200	12.656.861	6.801.242	6.787.533	157.210.339	7,45	4,00	92,55
58	SANEAMENTO BÁSICO (DEMAIS AÇÕES)	0				23.280.000	7.169.460	6.015.084	6.001.375	16.110.540	30,80	25,84	69,20
		6				146.587.200	5.487.401	786.158	786.158	141.099.799	3,74	0,54	96,26
			60.707.878	71.426.000	66.686.800	66.686.800	28.307.785	8.692.650	8.670.272	38.379.015	42,45	13,04	57,55
59	OUTROS PROGRAMAS	0				1.200.000	0	0	0	1.200.000	0,00	0,00	100,00
		6				65.486.800	28.307.785	8.692.650	8.670.272	37.179.015	43,23	13,27	56,77
			43.479.809	40.920.504	41.059.293	48.054.702	41.197.474	31.959.312	31.949.612	6.857.228	85,73	66,51	14,27
60	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	0				138.789	138.789	0	0	0	100,00	0,00	0,00
		6				47.915.913	41.058.685	31.959.312	31.949.612	6.857.228	85,69	66,70	14,31
61	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	0	59.083.036	68.950.908	68.950.908	64.950.908	64.950.905	39.274.887	39.274.887	3	100,00	60,47	0,00
			6.702.694	8.808.423	8.808.423	8.808.423	5.761.043	370.259	370.259	3.047.380	65,40	4,20	34,60
62	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0				610.000	610.000	370.259	370.259	0	100,00	60,70	0,00
		6				8.198.423	5.151.043	0	0	3.047.380	62,83	0,00	37,17
			131.789.966	0	511.552.639	510.492.627	78.926.505	0	0	431.566.122	15,46	0,00	84,54
63	EMENDAS NOMINATIVAS	0				202.373.556	7.867.993	0	0	194.505.563	3,89	0,00	96,11
		6				308.119.071	71.058.512	0	0	237.060.559	23,06	0,00	76,94
64	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ		1.130.345.171	1.320.863.600	1.253.305.544	1.261.761.597	728.746.837	659.115.533	641.957.611	533.014.760	57,76	52,24	42,24
65	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	6	231.115.381	235.250.000	233.539.034	233.539.034	191.202.827	186.723.048	186.022.161	42.336.207	81,87	79,95	18,13
66	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PESQUISAS	6	49.571.671	52.000.000	50.986.000	50.986.000	50.667.727	47.191.077	44.644.212	318.273	99,38	92,56	0,62
67	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISAS	6	59.847.062	77.000.000	69.974.800	70.064.800	51.785.765	50.256.856	49.673.771	18.279.035	73,91	71,73	26,09
69	VACINAS E VACINAÇÃO	6	154.449.827	140.000.000	136.000.000	136.000.000	44.849.836	27.625.389	26.050.072	91.150.164	32,98	20,31	67,02
70	ESTUDOS E PESQUISAS	6	140.705.433	110.000.000	109.840.000	120.040.000	114.501.805	100.932.231	95.622.719	5.538.195	95,39	84,08	4,61
71	OUTROS PROGRAMAS	6	326.977.231	601.800.000	542.065.356	512.127.800	210.623.357	192.393.831	186.564.387	301.504.443	41,13	37,57	58,87
72	FARMÁCIAS POPULARES	6	99.996.269	58.000.000	57.840.000	57.840.000	20.454.351	20.368.571	20.039.813	37.385.649	35,36	35,22	64,64
			27.225.442	28.066.860	28.092.396	34.805.712	29.487.943	23.158.373	23.158.373	5.317.769	84,72	66,54	15,28
73	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	0				25.536	0	0	0	25.536	0,00	0,00	100,00
		6				34.780.176	29.487.943	23.158.373	23.158.373	5.292.233	84,78	66,58	15,22
74	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	0	13.743.102	13.473.600	13.473.600	15.216.337	13.473.600	10.118.024	10.118.024	1.742.737	88,55	66,49	11,45
75	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	6	20.985.792	5.273.140	5.273.140	5.273.140	0	0	0	5.273.140	0,00	0,00	100,00
76	EMENDAS NOMINATIVAS	6	5.727.962	0	6.221.218	25.868.774	1.699.626	348.135	64.079	24.169.148	6,57	1,35	93,43
77	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS		124.741.218	151.122.597	150.955.700	152.940.304	71.973.063	56.883.437	56.831.004	80.967.241	47,06	37,19	52,94
78	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	0	54.153.390	60.000.000	59.692.948	61.092.948	32.088.709	25.014.757	24.962.324	29.004.239	52,52	40,95	47,48
79	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	0	33.274.949	45.100.000	45.100.000	43.500.000	20.139.594	15.824.738	15.824.738	23.360.406	46,30	36,38	53,70
80	OUTROS PROGRAMAS	0	33.490.924	39.270.000	39.154.278	39.354.278	14.508.698	11.634.376	11.634.376	24.845.580	36,87	29,56	63,13
81	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	0	3.023.783	3.450.888	3.706.765	5.691.369	4.166.063	3.862.564	3.862.564	1.525.306	73,20	67,87	26,80
82	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	0	798.172	1.422.720	1.422.720	1.422.720	1.070.000	547.003	547.003	0	0,00	0,00	0,00
183	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0	0	1.878.989	1.878.989	1.878.989	0	0	0	1.878.989	0,00	0,00	100,00
83	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC		124.905.138	123.079.960	137.672.437	152.895.029	92.399.861	74.343.818	69.679.959	60.495.168	60,43	48,62	39,57
84	ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	6	61.291.375	66.500.000	58.899.626	58.899.626	47.156.386	29.871.754	26.421.147	11.743.240	80,06	50,72	19,94

			59.107.686	52.113.696	52.135.296	66.833.549	42.610.554	41.858.289	40.735.499	24.222.995	63,76	62,63	36,24
85	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	0				21.600	0	0	0	21.600	0,00	0,00	100,00
		6				66.811.949	42.610.554	41.858.289	40.735.499	24.201.395	63,78	62,65	36,22
			1.489.190	1.490.000	1.490.000	1.890.000	1.149.767	1.149.558	1.059.116	740.233	60,83	60,82	39,17
86	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0				790.000	568.281	568.072	568.072	221.719	71,93	71,91	28,07
		6				1.100.000	581.486	581.486	491.044	518.514	52,86	52,86	47,14
139	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	0	3.016.887	2.976.264	2.976.264	3.100.603	1.483.154	1.464.216	1.464.197	1.617.449	47,83	47,22	52,17
87	EMENDAS NOMINATIVAS	6	0	0	22.171.251	22.171.251	0	0	0	22.171.251	0,00	0,00	100,00
	MS - TOTAL GERAL		110.228.813.198	109.497.228.284	118.483.939.832	118.825.009.433	100.291.151.608	68.427.150.078	67.107.796.999	18.533.857.825	84,40	57,59	15,60
F=(G+J)	AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - TOTAL		100.460.337.118	100.247.468.368	108.984.082.850	109.148.852.711	91.297.534.405	62.323.394.617	61.012.369.254	17.851.318.306	83,64	57,10	16,36
(G)	AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OCC - ID USO 6	6	90.940.466.983	90.063.588.602	98.885.346.936	99.048.199.908	82.221.718.236	56.400.937.862	55.090.067.103	16.826.481.672	83,01	56,94	16,99
(H)	NÃO ASPS - OCC - ID USO 0 (Incluído emendas e Dívida)	0	1.684.317.603	710.686.929	1.396.865.962	1.572.415.702	947.758.911	710.663.325	708.435.457	624.656.791	60,27	45,20	39,73
I=(J+K+L)	PESSOAL ATIVO - GERAL		9.665.560.658	10.794.189.716	10.272.963.897	10.274.880.786	9.226.583.305	6.026.802.187	6.022.038.409	1.048.297.481	89,80	58,66	10,20
(J)	PESSOAL ATIVO - ID USO 6	6	9.519.870.134	10.183.879.766	10.098.735.914	10.100.652.803	9.075.816.169	5.922.456.754	5.922.302.151	1.024.836.634	89,85	58,63	10,15
(K)	PESSOAL ATIVO - ID USO 0 (exceto ANS)		0	445.164.942	9.082.975	9.082.975	0	0	0	0			
(L)	PESSOAL ATIVO - ID USO 0 => ANS	0	145.690.524	165.145.008	165.145.008	165.145.008	150.767.136	104.345.432	99.736.258	14.377.872	91,29	63,18	8,71
(M)	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA - ID USO 0	0	7.938.467.953	7.928.763.037	7.928.763.037	7.929.513.037	7.895.091.156	5.288.746.704	5.287.256.030	34.421.881	99,57	66,70	0,43
(N)	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS) - ID USO 0	0	15.890.125	1.956.000	1.956.000	1.956.000	0	0	0	1.956.000	0,00	0,00	100,00
O=(G+H)	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL (ID USO 0 E 6)		92.624.784.586	90.774.275.531	100.282.212.898	100.620.615.610	83.169.477.148	57.111.601.187	55.798.502.561	17.451.138.462	82,66	56,76	17,34
			2.196.109.163	0	7.000.930.952	7.025.166.829	2.464.730.669	183.349.703	182.345.067	4.560.436.160	35,08	2,61	64,92
(P)	EMENDAS PARLAMENTARES	0				216.784.723	13.407.993	0	0				
		6				6.808.382.106	2.451.322.676	183.349.703	182.345.067				
(Q)	UO 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS	0	6.920.130	11.100.000	11.100.000	11.100.000	5.744.164	3.089.933	3.089.933	5.355.836	51,75	27,84	48,25
			32.531.275	22.858.415	22.858.415	23.258.415	11.657.829	5.351.337	5.244.896	11.600.586	50,12	23,01	49,88
(R)	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0				7.309.989	4.628.281	3.472.832	3.456.832				
		6				15.948.426	7.029.548	1.878.505	1.788.063				

Fonte: Tesouro Gerencial. CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 2º Quadrimestre de 2016

Item Informação		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Fonte Recursos		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
00	RECURSOS ORDINARIOS	22.847.264.673,00	14.806.177.488,96	8.151.766.692,10	7.857.781.935,15
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	8.800.597,00			
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	230.555,00	0,00	0,00	
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	1.956.000,00	0,00	0,00	0,00
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	141.280.036,00	100.538.357,81	55.893.875,93	55.893.794,93
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	26.539.010.678,00	22.511.631.103,51	15.479.267.986,90	15.161.874.545,17
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	55.726.051.656,00	51.746.952.610,96	39.640.579.605,45	39.140.982.334,80
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	894.738.526,00	890.400.299,21	813.185.489,21	813.185.489,21
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	838.120,00			
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	1.498.577.776,00	1.498.577.776,00	1.038.308.223,12	1.038.308.223,12
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	569.338.126,00	288.648.244,22	202.275.637,31	186.151.709,40
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	24.322.481,00	487.516,37	425.340,14	425.340,14
81	RECURSOS DE CONVENIOS	450.000,00	250.000,00	232.397,61	232.397,61
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.570.600.209,00	3.787.630.209,73	672.504.403,85	551.944.036,79
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	6.000.750.000,00	4.659.858.001,05	2.372.710.426,56	2.301.017.192,96
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	800.000,00	0,00		
Total		118.825.009.433,00	100.291.151.607,82	68.427.150.078,18	67.107.796.999,28

Fonte: Tesouro Gerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 2º Quadrimestre de 2016

UNIDADE: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016						
			PLQA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
TOTAL GERAL		958.892.692	1.017.000.000	1.010.450.000	1.010.450.000	709.929.541	485.808.590	424.134.447	3.221.964.013
TOTAL - EMENDAS		99.947	0	3.190.000	3.190.000	0	0	0	2.924.633.554
10 - HOSPITAIS PRÓPRIOS, EXCLUSIVE EMENDAS, PESSOAL (ATIVO E INATIVO) E DÍVIDA		958.792.745	1.017.000.000	1.007.260.000	1.007.260.000	709.929.541	485.808.590	424.134.447	297.330.459
10.302.2015.15EG.3341	Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC No Município do Rio de Janeiro - RJ	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	0	0	2.000.000
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil Na Região Norte	14.879.965	15.000.000	14.880.000	14.880.000	149.769	8.884	6.484	14.730.231
10.302.2015.6217.6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral dos Servidores)	166.247.508	182.000.000	180.400.000	180.400.000	123.419.605	84.332.188	79.790.433	56.980.395
10.302.2015.6217.6507	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Bonsucesso)	155.591.547	169.000.000	167.600.000	167.600.000	127.752.937	91.808.404	73.939.452	39.847.063
10.302.2015.6217.6508	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Jacarepaguá)	68.349.035	72.000.000	71.400.000	71.400.000	52.579.496	39.856.618	34.967.397	18.820.504
10.302.2015.6217.6509	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Ipanema)	62.628.357	63.900.000	63.300.000	63.300.000	44.256.502	32.597.692	31.821.073	19.043.498
10.302.2015.6217.6510	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral do Andaraí)	99.978.345	106.000.000	104.800.000	104.800.000	71.731.051	42.364.832	39.361.847	33.068.949
10.302.2015.6217.6511	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral da Lagoa)	70.627.191	71.500.000	70.800.000	70.800.000	52.661.353	41.480.355	33.735.430	18.138.647
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC No Estado do Rio de Janeiro	99.099.898	105.600.000	104.080.000	104.080.000	73.727.740	52.506.059	45.658.892	30.352.260
10.302.2015.8759.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO No Estado do Rio de Janeiro	221.390.898	230.000.000	228.000.000	228.000.000	163.651.088	100.853.558	84.853.439	64.348.912
45 - EMENDAS NOMINATIVAS		99.947	0	3.190.000	3.190.000	0	0	0	2.924.633.554
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil Na Região Norte	99.947	0	1.170.000	1.170.000	0	0	0	1.170.000
10.302.2015.6217.6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral dos Servidores)	0	0	1.020.000	1.020.000	0	0	0	1.520.000
10.302.2015.6217.6508	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Jacarepaguá)	0	0	500.000	500.000	0	0	0	2.921.443.554
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC No Estado do Rio de Janeiro	0	0	500.000	500.000	0	0	0	500.000

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 2º Quadrimestre de 2016

UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016						SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
			PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	
84 - ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE		61.291.375	66.500.000	58.899.626	58.899.626	47.156.386	29.871.754	26.421.147	11.743.240
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS Nacional	18.365.053	21.500.000	21.500.000	21.500.000	14.199.421	13.827.526	13.827.526	7.300.579
10.302.2015.6217.5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município de Porto Alegre - RS	42.926.322	45.000.000	37.399.626	37.399.626	32.956.965	16.044.228	12.593.621	4.442.661

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

UG Executora		Saldo Atual - R\$
250001	GABINETE DO MINISTRO - MS	39.399,01
250005	DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE - DLOG	162.542.670,33
250006	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	4.904.470,60
250007	SECR. DE CIENCIA, TECNO. E INSUMOS ESTRATEGIC	47.470,15
250009	SECRET. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA	55.006,64
250010	SECRETARIA DE ATENCAO A SAUDE	33.420,70
250012	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AC	109.424,27
250013	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AL	224.606,22
250014	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AP	293.084,23
250015	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AM	337.227,13
250016	NUCLEO ESTADUAL DO MS/BA	192.613,21
250017	NUCLEO ESTADUAL DO MS/CE	437.028,40
250019	NUCLEO ESTADUAL DO MS/ES	108.728,94
250021	NUCLEO ESTADUAL DO MS/GO	296.048,00
250022	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MA	364.372,24
250023	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MT	316.511,57
250024	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MS	102.376,54
250025	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MG	151.874,93
250026	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PA	319.964,96
250027	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PB	119.253,89
250028	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PR	133.977,88
250029	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PE	408.191,87
250030	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PI	337.724,93
250031	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RJ	811.406,67
250032	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RN	95.345,98
250033	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RS	200.129,76
250034	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RO	124.487,58
250035	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RR	123.193,65
250036	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SC	57.819,60
250037	NUCLEO ESTADUAL DO MS-SP	405.649,81
250038	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SE	234.432,42
250039	NUCLEO ESTADUAL DO MS/TO	133.731,52
250042	HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO	16.485.696,72
250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	25.369.483,73
250057	INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA	24.515.356,88
250059	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	8.262.847,38
250061	HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	3.289.438,70
250088	SPO-COORD.-GERAL DE ORC.E FINANCAS	2.713.079.319,77
250100	SECR. DE GESTAO DO TRAB. E DA EDUC. NA SAUDE	2.745.493,58
250103	HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA	6.725.883,28
250104	HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES	6.330.460,99
250105	HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	7.031.245,62
250106	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAI	2.257.024,61
250107	CEF-PROGRAMAS DO MINISTERIO DA SAUDE	7.866.401,45
250110	COORDENACAO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMONIO	306.672,26
253002	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	1.145.057,52
253003	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	8.343.919,71
253004	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SC	27.121,20
253005	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RS	22.364,23
253006	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PR	2.161,40
253007	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PE	46.773,23
253008	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MS	15.127,30
253009	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AP	24.703,84
253010	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PA	34.269,80
253011	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MG	66.506,91
253012	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RJ	124.811,68
253013	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-ES	7.018,95
253014	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-GO	41.953,47
253015	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-BA	23.557,70

UG Executora		Saldo Atual - R\$
253016	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RN	19.849,85
253017	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AM	32.774,95
253018	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-CE	4.616,28
253019	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AL	13.674,90
253020	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MA	4.612,32
253021	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PB	5.536,71
253022	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RR	12.793,19
253023	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SE	12.965,24
253024	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MT	3.468,92
253025	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-TO	1.169,47
253026	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RO	16.509,45
253027	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PI	34.084,11
253028	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SP	29.763,77
253029	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AC	23.443,28
253033	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE S. - DF	63.428,96
253034	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE S. - SAO PAULO	37,88
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	45.400.439,49
254421	CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHAES	1.192.154,85
254422	CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ	597.027,58
254423	CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU	944.889,80
254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	14.971.744,92
254446	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	27.373.420,50
254447	INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA	352.758,94
254448	INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	944.615,32
254450	ESCOLA NAC. DE SAUDE PUBLICA SERGIO AROUCA	7.890.343,52
254462	DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DO CAMPUS-DIRAC	1.544.673,87
254463	INSTITUTO OSWALDO CRUZ	313.660,59
254474	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE	241.160,43
254488	CASA DE OSWALDO CRUZ	44,47
254492	INST.NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS	567.751,77
255000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	109.029.140,28
255001	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AC	8.671,54
255002	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AL	86.385,87
255003	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AP	1.706,46
255004	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AM	127.043,75
255005	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - BA	56.960,89
255006	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - CE	23.165,43
255008	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES	2.007,91
255009	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - GO	71,59
255010	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MA	109.944,55
255011	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MT	164.273,51
255012	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MS	3.574,00
255013	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MG	455.654,23
255014	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PA	909,96
255015	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB	2.245,00
255016	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR	1.409,39
255017	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PE	18.537,22
255018	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PI	1.292,00
255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	246.745,35
255020	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RN	18.844,65
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	114.434,38
255022	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RO	9.199,14
255023	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RR	4.999,05
255024	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SC	15.048,05
255025	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SP	65.829,86
255026	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SE	15.352,02
255027	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - TO	29.446,49
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	156.659.153,93
257002	SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE	57.405,28
257003	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	4.560.614,09
257005	CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	494.434,25
257020	SECRETARIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA - SESAI	265.385,92
257021	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA	904.311,81
257022	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO PURUS	1.022.203,65
257023	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA AL/SE	1.120.864,22
257024	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO NEGRO	777.374,78
257025	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO SOLIMOES	1.236.930,43
257026	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - JAVARI	604.268,05
257027	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS	1.605.834,09

UG Executora		Saldo Atual - R\$
257028	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS	774.083,11
257029	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO SOLIMOEES	806.105,17
257030	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PARINTINS	795.224,59
257031	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - AMAPA	1.336.451,16
257032	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - BAHIA	1.447.250,70
257033	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CEARA	1.098.908,11
257034	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MARANHAO	1.128.656,85
257035	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MG/ES	1.520.435,95
257036	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MATO GROSSO SUL	2.420.359,53
257037	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	1.404.071,28
257038	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	1.310.724,12
257039	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CUIABA	2.309.170,06
257040	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XAVANTE	1.737.192,20
257041	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XINGU	2.048.029,03
257042	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTAMIRA	843.090,14
257043	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA GUAMA TOCANTINS	1.991.076,33
257044	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - KAIAPO REDENCAO	1.207.774,81
257045	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS	1.883.144,17
257046	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - POTIGUARA	515.926,53
257047	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PERNAMBUCO	1.509.725,56
257048	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LITORAL SUL	1.445.755,27
257049	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PORTO VELHO	1.022.128,75
257050	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA	1.437.284,31
257051	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LESTE RR	2.410.445,72
257052	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI	2.302,29
257053	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - INTERIOR SUL	815.761,80
257054	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TOCANTINS	1.149.425,12
366003	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	41.028.547,87
TOTAL		3.468.186.454,47

Fonte: Tesouro Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2016)

CONSOLIDADO GERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE
 POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		RESTOS A PAGAR					
		INSCRITOS e REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR		
					RAP PROC	RAP NPROC	TOTAL
1	PESSOAL A PAGAR EXERC. ANTERIORES	0	0	0	0	0	0
2	PESSOAL ATIVO	54.414.934	1.142.936	1.549.642	404.525	51.317.832	51.722.356
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	2.524.835	916	0	0	2.523.919	2.523.919
4	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	56.939.769	1.143.852	1.549.642	404.525	53.841.751	54.246.275
5	FNS	12.606.274.373	351.626.455	6.160.150.974	359.573.776	5.734.923.168	6.094.496.945
6	ANVISA	40.480.432	546.812	22.537.919	75.512	17.320.190	17.395.701
7	FUNASA	2.790.268.751	151.904.914	481.886.462	278.006.576	1.878.470.799	2.156.477.375
8	FIOCRUZ	303.251.729	2.561.510	174.074.020	1.947.396	124.668.803	126.616.199
9	ANSS	16.225.494	3.403.414	11.626.655	1.200	1.194.224	1.195.425
10	GHC	35.618.162	1.095.610	26.117.972	8.865	8.395.715	8.404.580
	SUBTOTAL	15.792.118.941	511.138.715	6.876.394.001	639.613.325	7.764.972.900	8.404.586.225
	MS - TOTAL GERAL	15.849.058.710	512.282.567	6.877.943.643	640.017.850	7.818.814.650	8.458.832.500

Fonte: Siafi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS. Extraído em 12 de setembro de 2016.

1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 2º Quadrimestre de 2016

Fundo Nacional Saúde - FNS
 POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada				
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	150	92.204	125.000	125.000	5.080	10.420	7.630	7.630	7.630	2.790
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	12.319.925	7.123.820	7.123.820	1.417.029	1.538.869	1.394.748	1.309.729	1.307.967	1.152.193
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	150	9.320	6.921	6.921	216	36	88	110	785	824
1610.02.11	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150	333.080	0	0						
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	150	2.607.743	2.667.930	2.667.930	0	0	63.538	66.787	443	0
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	150	192.913	0	0	173.003	107.974	193.454	188.413	123.957	208.765
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	1.151.664	678.073	678.073	40.753	163.060	19.421	173.105	5.881	21.345
1922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150	1.517.735	0	0	-3.114	-40.325	67.179	-43.514		2.186.978
1922.99.11	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	71.396.016	83.408.909	83.408.909	2.804.028	2.434.225	4.813.351	3.821.411	7.474.659	4.305.071
1922.99.12	OUTRAS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS	150		0	0	60.648	17.016	91.595	83.390	31.283	88.807
1923.01.11	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	355.605.019	456.021.785	456.021.785	10.802.437	6.237.900	0	25.925.919	49.970.356	44.759.403
1990.08.11	PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT	186	3.805.116.058	4.114.578.424	4.114.578.424	690.091.077	383.280.904	420.090.331	370.084.643	308.976.691	298.846.855
1990.99.12	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	150	5.603.951	0	0						
1990.99.13	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	150	547.453	700.166	700.166	213.363	53.128	54.781	62.497	59.292	66.763
1990.99.14	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	150	505.485	607.648	607.648	150.176	44.458	44.412	46.422	46.937	53.796
7922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	786.168	0	0	19.640	8.396	64.921	3.766.002		
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	150	27.011	0	0	2.231	2.453	7.053	7.053	7.053	7.053
Total			4.257.811.745	4.665.918.676	4.665.918.676	705.776.567	393.858.514	426.912.502	405.499.597	368.012.934	351.700.643

RECEITA			Receita Arrecadada		Receita Projetada				Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado AGO	Projeção Jan/Dez	
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	150	11.384	15.833	7.700	7.700	7.700	7.700	68.397	99.197	-25.803
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	964.789	1.038.722	1.100.000	1.100.000	1.100.000	1.100.000	10.124.046	14.524.046	7.400.226
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	150	202	369	700	700	700	700	2.630	5.430	-1.491
1610.02.11	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150							0	0	0
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	150	0	0	30.000	30.000	30.000	30.000	130.768	250.768	-2.417.162
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	150	176.912	164.550	167.000	167.000	167.000	167.000	1.337.028	2.005.028	2.005.028
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	135.160	7.956	80.400	80.400	80.400	80.400	566.681	888.281	210.208
1922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150		570.275					2.737.479	2.737.479	2.737.479
1922.99.11	OUTRAS RESTITUIÇÕES -	150	2.770.844	11.999.019	3.500.000	3.500.000	3.500.000	3.500.000	40.422.608	54.422.608	-28.986.301
1922.99.12	OUTRAS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS	150	51.830	355.531	60.000	60.000	60.000	60.000	780.100	1.020.100	1.020.100
1923.01.11	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	12.498.000	27.038.716	38.001.815	38.001.815	38.001.815	38.001.820	177.232.731	329.239.996	-126.781.789
1990.08.11	PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT	186	273.330.782	271.776.926	260.000.000	215.000.000	180.000.000	220.000.000	3.016.478.209	3.891.478.209	-223.100.215
1990.99.12	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	150							0	0	0
1990.99.13	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	150	77.897	69.748	62.000	62.000	62.000	62.000	657.469	905.469	205.303
1990.99.14	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	150	55.023	52.747	48.500	48.500	48.500	48.500	493.971	687.971	80.323
7922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	16.317	233.093					4.108.369	4.108.369	4.108.369
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	150	34.310	7.053					74.259	74.259	74.259
Total			290.123.450	313.330.538	303.058.115	258.058.115	223.058.115	263.058.120	3.255.214.745	4.302.447.210	-363.471.466

Fonte: Siafi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Fundação Nacional Saúde - FUNASA
POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada					
SIAFI	Denominação	FTE		LOA	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	250	156.848	0		0	12.080	12.571	13.507	8.198	491	22.301
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	80.761	56.339		56.339	1.441	130.843	57.506	50.702	22.982	144.294
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250	105.582	50.825		50.825	2.335	0	11.141	2.197	2.216	2.237
1921.01.11	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	250	92.157	99.774		99.774	8.363	7.670	7.666	7.678	7.670	7.674
2213.00.11	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	263	478.600	808.843		808.843	83.601	0	0	0	0	94.808
EXCLUÍDA	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	250	234	0		0						
EXCLUÍDA	OUTRAS MULTAS	250	1.666	0		0						
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	27	0		0	0	0				
Total			915.875	1.015.781	0	1.015.781	107.820	151.084	89.820	68.775	33.359	271.314

RECEITA			Receita Arrecadada		Receita Projetada				Total		Excesso ou Frustração	Proposta para 2017
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado AGO	Projeção Jan/Dez		
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	250	13.017	9.371	11.700	11.700	11.700	11.700	91.536	138.336	138.336	
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	78.644	42.666	69.000	69.000	69.000	69.000	529.078	805.078	748.739	
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250	2.259	2.279	3.600	3.600	3.600	3.600	24.664	39.064	-11.761	
1921.01.11	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	250	7.678	7.674	7.800	7.800	7.800	7.800	62.073	93.273	-6.501	
2213.00.11	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	263	0	0	30.000	30.000	30.000	30.000	178.409	298.409	-510.434	
EXCLUÍDA	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	250							0	0	0	
EXCLUÍDA	OUTRAS MULTAS	250							0	0	0	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250							0	0	0	
Total			101.598	61.990	122.100	122.100	122.100	122.100	885.760	1.374.160	358.379	0

Fonte: SIAFI Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada					
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	250	838.450	937.538		937.538	66.856	94.441	91.657	101.212	71.222	63.987
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	1.725.804	1.718.377		1.718.377	116.101	124.668	181.186	186.781	183.140	220.353
1500.00.11	RECEITA INDUSTRIAL	250	341.293	441.761		441.761	0	0	0	64.018	95.274	32
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	1.193.846	1.156.116		1.156.116	18.394	6.670	18.116	16.111	46.256	69.235
1610.03.11	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	250	15.163	20.964		20.964	0	0	0	34.400	0	0
1610.04.11	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	250	580.680	622.751		622.751	82.840	56.010	89.150	41.220	71.630	50.350
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	250	88.049	170.168		170.168	1.631	4.297	2.341	2.306	-424.685	428.783
1700.03.11	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	281	0	450.000		450.000	0	0	0	0	0	0
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250	6.517	1.311		1.311	0	4.841	0	301	0	0
1921.01.11	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PÚBLICO	250		236.854		236.854	0	0	0	0	0	0
1922.99.11	OUTRAS RESTITUIÇÕES	250	63.746	880.724		880.724	16.903	7.139	81.484	4.085	5.565	1.367
1923.02.11	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	250	41.261.756	42.000.000		42.000.000	2.990.022	2.935.020	3.189.234	2.948.047	3.442.542	2.508.743
1990.99.12	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	250	8.509	0		0	0	0	0	0		
2213.00.11	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	263	60.860	29.277		29.277	1.000	0	0	0	12.750	5.200
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	1.050.875	0		0	182.740	9.669	41.938	57.532	313.205	359.552
Total			47.235.548	48.665.841	0	48.665.841	3.476.487	3.242.755	3.695.106	3.456.013	3.816.899	3.707.602

RECEITA			Receita Arrecadada		Receita Projetada				Total		Excesso ou Frustração	Proposta para 2017
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado AGO	Projeção Jan/Dez		
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	250	130.930	66.261	88.600	88.600	88.600	88.600	686.566	1.040.966	103.428	
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	169.627	156.792	168.800	168.800	168.800	168.800	1.338.648	2.013.848	295.471	
1500.00.11	RECEITA INDUSTRIAL	250	1.888	0	26.500	26.500	26.500	26.500	161.212	267.212	-174.549	
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	261.697	-196.523	62.000	62.000	62.000	62.000	239.956	487.956	-668.160	
1610.03.11	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	250	4.500	0	1.000	1.000	1.000	1.000	38.900	42.900	21.936	
1610.04.11	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	250	72.770	27.360	65.200	65.200	65.200	65.200	491.330	752.130	129.379	
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	250	2.160	48.217	2.600	2.600	2.600	2.600	65.050	75.450	-94.718	
1700.03.11	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	281	0	263.300	20.000	20.000	20.000	20.000	263.300	343.300	-106.700	
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250	2.400	8.286	900	900	900	900	15.828	19.428	18.117	
1921.01.11	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PÚBLICO	250	0	0	10.000	10.000	10.000	10.000	0	40.000	-196.854	
1922.99.11	OUTRAS RESTITUIÇÕES	250	8.270	6.762	17.800	17.800	17.800	17.800	131.575	202.775	-677.949	
1923.02.11	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	250	2.608.089	2.455.984	2.950.000	2.950.000	2.950.000	2.950.000	23.077.681	34.877.681	-7.122.319	
1990.99.12	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	250							0	0		
2213.00.11	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	263	0	0	2.440	2.440	2.440	2.440	18.950	28.710	-567	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	-25.809	365.747					1.304.574	1.304.574	1.304.574	
Total			3.236.522	3.202.186	3.415.840	3.415.840	3.415.840	3.415.840	27.833.570	41.496.930	-7.168.911	0

Fonte: SIAFI Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada					
SIAFI	Denominação	FTE		LOA	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
1121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	174	456.148.637	254.814.457		254.814.457	59.452.710	48.561.307	50.020.790	37.874.130	42.378.359	41.313.667
1121.01.12	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	174	4.454	4.136		4.136	505	538	527	579	0	0
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	10.133.096	12.017.303		12.017.303	766.973	877.579	806.380	761.080	757.717	805.197
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	20.713	26.609		26.609	1.179	1.577	3.773	2.425	3.035	1.071
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	174	28.692.383	31.688.856		31.688.856	3.845.520	3.009.081	4.640.353	3.631.045	3.844.101	2.894.401
1910.01.12	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS	174		0		0	1.245	1.539	1.467	1.812	867	2.624
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250	0	0		0						
1921.01.11	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	250	31.906	33.028		33.028	2.763	2.813	2.813	0	0	0
1922.01.11	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	174	472.212	0		0	0	0	0	0	0	0
7121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174		4.820		4.820	0	0	5.229	1.280	0	1.148
7910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174	48.963	31.890		31.890	0	0	0	0	0	0
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	987			0	0	0	0	0	0	1
Total			495.553.352	298.621.099	0	298.621.099	64.070.895	52.454.434	55.481.332	42.272.351	46.984.079	45.018.109

RECEITA			Receita Arrecadada		Receita Projetada				Total		Excesso ou Frustração	Proposta para 2017
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado AGO	Projeção Jan/Dez		
1121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	174	41.127.912	44.601.488	45.800.000	45.800.000	45.800.000	45.800.000	365.330.363	548.530.363	293.715.906	
1121.01.12	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	174	0	300	345	345	345	345	2.449	3.829	-307	
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	762.458	865.338	791.000	791.000	791.000	791.000	6.402.722	9.566.722	-2.450.581	
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	2.448	2.083	2.400	2.400	2.400	2.400	17.591	27.191	582	
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	174	1.924.589	2.914.609	3.400.000	3.400.000	3.400.000	3.400.000	26.703.699	40.303.699	8.614.843	
1910.01.12	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS	174	2.491	2.196					14.241	14.241	14.241	
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250							0	0	0	
1921.01.11	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	250	0	0	2.752	2.752	2.752	2.756	8.389	19.401	-13.627	
1922.01.11	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	174	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
7121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174	256	0	1.000	1.000	1.000	1.000	7.913	11.913	7.093	
7910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174	0	0	1.000	1.000	1.000	1.000	0	4.000	-27.890	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
Total			43.820.154	48.386.014	49.998.497	49.998.497	49.998.497	49.998.501	398.487.368	598.481.360	299.860.261	-

Fonte: Siasi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada					
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
1121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	174	113.012.502	68.100.714		68.100.714	2.730.109	3.070.476	43.606.436	2.277.869	3.033.550	36.506.654
1121.01.12	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	174	13.699.835	18.232.918		18.232.918	0	0	0	0	0	0
1121.01.13	TAXA INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DIVIDA ATIVA	174	0	0		0						2.010.798
1121.01.14	TAXA INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	174		0		0	493.066	466.333	2.913.601	1.337.660	1.659.429	114.888
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	2.312.099	1.341.457		1.341.457	237.948	363.070	418.005	455.274	297.613	644.626
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	182.087	196.025		196.025	10.540	12.407	18.812	9.850	12.195	13.153
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	174	156.676.848	110.000.000		110.000.000	9.146.098	17.651.169	21.558.968	17.332.832	21.311.226	31.234.986
1922.06.11	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	250	1.948.637	2.000.000		2.000.000	137.273	159.766	142.882	152.558	151.634	136.265
7121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174		2.284		2.284	127	0	73	4.236	12.763	4.458
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	3.231.382			0	-1.652.039	-314.130	-655.390	0	0	313.464
Total			291.063.390	199.873.398	0	199.873.398	11.103.122	21.409.091	68.003.387	21.570.279	26.478.410	70.979.292

RECEITA			Receita Arrecadada		Receita Projetada				Total		Excesso ou Frustração	Proposta para 2016
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado AGO	Projeção Jan/Dez		
1121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	174	2.471.134	891.585	25.000.000	2.800.000	2.800.000	25.000.000	94.587.813	150.187.813	82.087.099	
1121.01.12	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	174	0	0	650.000	650.000	650.000	650.000	0	2.600.000	-15.632.918	
1121.01.13	TAXA INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DIVIDA ATIVA	174	2.482.759	397.216					4.890.773	4.890.773		
1121.01.14	TAXA INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	174	43.738	4.715					7.033.430	7.033.430	7.033.430	
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	-410.898	343.644	354.000	354.000	354.000	354.000	2.349.282	3.765.282	2.423.825	
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	16.547	19.938	13.000	13.000	13.000	13.000	113.442	165.442	-30.583	
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	174	33.001.617	38.730.401	21.600.000	21.600.000	21.600.000	21.600.000	189.967.297	276.367.297	166.367.297	
1922.06.11	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	250	133.259	126.802	144.800	144.800	144.800	144.800	1.140.439	1.719.639	-280.361	
7121.01.11	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174	-5.538	4.501	1.500	1.500	1.500	1.500	20.620	26.620	24.336	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	3.033	1.679.322					-625.740	-625.740	-625.740	
TOTAL			37.735.651	42.198.124	47.763.300	25.563.300	25.563.300	47.763.300	299.477.356	446.130.556	241.366.385	0

Fonte: SIAFI Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Hospital Nossa Senhora da Conceição
POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada					
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	250	36.397	36.149		36.149	3.164	4.162	2.677	1.693	2.556	6.340
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	2.144.039	2.065.185		2.065.185	204.986	222.808	199.397	186.341	182.981	183.229
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	147.263	127.216		127.216	1.011.221	5.179	21.773	5.917	3.165	1.281.630
1610.04.11	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	250	84.016	133.921		133.921	40	12.458	29.909	32.663	16.031	6.380
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	250	85.947	208.121		208.121	0	6.100	25.686	45.525	11.305	14.017
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250	0	57.684		57.684	0	0	0	0	0	0
1922.06.11	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	250	3.506.885	3.647.850		3.647.850	61.687	0	0	2.958	20.628	992
EXCLUÍDA	RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	250	1.327.891	0		0						
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	5.852	0		0	0	6.500	26.319			
Total			7.338.290	6.276.126	0	6.276.126	1.281.098	257.207	305.761	275.097	236.666	1.492.588

RECEITA			Receita Arrecadada		Receita Projetada				Total		Excesso ou Frustração	Proposta para 2017
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado AGO	Projeção Jan/Dez		
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	250	3.532	3.224	3.500	3.500	3.500	3.500	27.348	41.348	5.199	
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280	179.355	193.967	194.200	194.200	194.200	194.200	1.553.064	2.329.864	264.679	
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	250	10.949	8.657	10.000	10.000	10.000	10.000	2.348.491	2.388.491	2.261.275	
1610.04.11	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	250	22.151	1.352	19.900	19.900	19.900	19.900	120.984	200.584	66.663	
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	250	12.692	1.265	19.200	19.200	19.200	19.200	116.590	193.390	-14.731	
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	250	0	0	3.000	3.000	3.000	3.000	0	12.000	-45.684	
1922.06.11	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	250	13.473	1.424	303.988	303.988	303.988	303.982	101.162	1.317.108	-2.330.742	
EXCLUÍDA	RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	250							0	0	0	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250	22.251						55.070	55.070	55.070	
Total			264.403	209.889	553.788	553.788	553.788	553.782	4.322.709	6.537.855	261.729	0

Fonte: SIAFI Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Receita Própria em todas as unidades orçamentárias MS

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	LOA + CRÉDITO	Receita Arrecadada								TOTAL	Projeção	Excesso ou Frustração
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Acumulado		
36901 - FUNDO	4.665.918.676	705.776.567	393.858.514	426.912.502	405.499.597	368.012.934	351.700.643	290.123.450	313.330.538	3.255.214.745	4.299.709.731	-366.208.945
150	88.194.647	3.466.024	2.800.841	5.427.423	8.179.306	7.757.920	6.942.192	3.329.879	13.476.174	51.379.759	64.467.480	-23.727.167
180	7.123.820	1.417.029	1.538.869	1.394.748	1.309.729	1.307.967	1.152.193	964.789	1.038.722	10.124.046	14.524.046	7.400.226
186	4.570.600.209	700.893.514	389.518.804	420.090.331	396.010.562	358.947.047	343.606.258	285.828.782	298.815.642	3.193.710.940	4.220.718.205	-349.882.004
36211 - FUNASA	1.015.781	107.820	151.084	89.820	68.775	33.359	271.314	101.598	61.990	885.760	1.374.160	358.379
250	150.599	22.778	20.241	32.314	18.073	10.377	32.212	22.954	19.324	178.273	270.673	120.074
263	808.843	83.601	0	0	0	0	94.808	0	0	178.409	298.409	-510.434
280	56.339	1.441	130.843	57.506	50.702	22.982	144.294	78.644	42.666	529.078	805.078	748.739
36201 - FIOCRUZ	48.665.841	3.476.487	3.242.755	3.695.106	3.456.013	3.816.899	3.707.602	3.236.522	3.202.186	27.833.570	40.192.356	-8.473.485
250	46.468.187	3.359.386	3.118.087	3.513.920	3.269.232	3.621.009	3.482.049	3.066.895	2.782.094	26.212.672	37.806.498	-8.661.689
263	29.277	1.000	0	0	0	12.750	5.200	0	0	18.950	28.710	-567
280	1.718.377	116.101	124.668	181.186	186.781	183.140	220.353	169.627	156.792	1.338.648	2.013.848	295.471
281	450.000	0	0	0	0	0	0	0	263.300	263.300	343.300	-106.700
36212 - ANVISA	298.621.099	64.070.895	52.454.434	55.481.332	42.272.351	46.984.079	45.018.109	43.820.154	48.386.014	398.487.368	598.481.360	299.860.261
174	286.544.159	63.299.980	51.572.465	54.668.366	41.508.846	46.223.327	44.211.840	43.055.248	47.518.593	392.058.665	588.868.045	302.323.886
250	59.637	3.942	4.390	6.586	2.425	3.035	1.072	2.448	2.083	25.981	46.593	-13.044
280	12.017.303	766.973	877.579	806.380	761.080	757.717	805.197	762.458	865.338	6.402.722	9.566.722	-2.450.581
36213 - ANS	199.873.398	11.103.122	21.409.091	68.003.387	21.570.279	26.478.410	70.979.292	37.735.651	42.198.124	299.477.356	441.239.783	241.366.385
174	196.335.916	12.369.400	21.187.978	68.079.078	20.952.597	26.016.968	69.871.784	37.993.710	40.028.418	296.499.933	436.215.160	239.879.244
250	2.196.025	-1.504.226	-141.957	-493.696	162.408	163.829	462.882	152.839	1.826.062	628.141	1.259.341	-936.684
280	1.341.457	237.948	363.070	418.005	455.274	297.613	644.626	-410.898	343.644	2.349.282	3.765.282	2.423.825
36210 - HNSC	6.276.126	1.281.098	257.207	305.761	275.097	236.666	1.492.588	264.403	209.889	4.322.709	6.537.855	261.729
250	4.210.941	1.076.112	34.399	106.364	88.756	53.685	1.309.359	85.048	15.922	2.769.645	4.207.991	-2.950
280	2.065.185	204.986	222.808	199.397	186.341	182.981	183.229	179.355	193.967	1.553.064	2.329.864	264.679
TOTAL GERAL	5.220.370.921	785.815.989	471.373.085	554.487.908	473.142.112	445.562.347	473.169.548	375.281.778	407.388.741	3.986.221.508	5.387.535.245	167.164.324

Fonte: Siasi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

2. Desembolso Financeiro

2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO

Blocos	ATENÇÃO BÁSICA		MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		VIGILÂNCIA	
	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL
Centro-Oeste	1.398.558.927,74		3.660.223.545,31		226.491.703,06	
	1.327.050.820,74	71.508.107,00	3.090.752.604,70	569.470.940,61	191.026.643,91	35.465.059,15
DF	71.092.307,00		338.455.160,25		14.799.558,52	
	0	71.092.307,00	0	338.455.160,25	0	14.799.558,52
GO	327.659.274,23		827.971.988,35		54.424.718,23	
	327.400.344,23	258.930,00	801.636.334,32	26.335.654,03	46.055.933,15	8.368.785,08
MS	153.549.492,82		408.527.435,11		21.548.287,90	
	153.549.492,82	0	345.614.010,52	62.913.424,59	16.317.750,53	5.230.537,37
MT	182.524.543,32		424.384.769,07		29.873.066,14	
	182.367.673,32	156.870,00	282.618.067,33	141.766.701,74	22.806.887,96	7.066.178,18
Nordeste	7.478.617.244,45		14.251.365.495,31		868.414.833,99	
	7.462.613.968,70	16.003.275,75	11.690.252.164,52	2.561.113.330,79	768.999.964,00	99.414.869,99
AL	227.689.273,19		506.900.876,15		26.660.213,57	
	227.651.473,19	37.800,00	366.661.175,84	140.239.700,31	20.327.008,42	6.333.205,15
BA	900.957.392,23		1.858.518.001,27		113.348.644,34	
	899.324.162,23	1.633.230,00	1.022.191.090,67	836.326.910,60	91.276.121,08	22.072.523,26
CE	565.548.261,34		1.211.914.453,81		68.390.408,96	
	565.206.164,34	342.097,00	953.100.223,75	258.814.230,06	55.442.949,51	12.947.459,45
MA	492.594.861,90		689.198.802,85		66.740.628,89	
	489.904.485,80	2.690.376,10	450.312.196,15	238.886.606,70	52.885.075,69	13.855.553,20
PB	351.862.355,24		481.763.276,26		31.680.890,71	
	351.597.755,24	264.600,00	440.089.343,17	41.673.933,09	22.391.588,70	9.289.302,01
PE	580.839.477,64		1.443.187.161,69		70.892.815,94	
	571.329.904,99	9.509.572,65	784.423.653,84	658.763.507,85	52.147.731,58	18.745.084,36
PI	312.476.218,19		482.192.014,49		24.798.207,09	
	311.288.218,19	1.188.000,00	355.843.740,16	126.348.274,33	19.179.406,39	5.618.800,70
RN	265.357.552,18		393.859.417,13		27.065.833,13	
	265.095.552,18	262.000,00	255.754.078,54	138.105.338,59	21.267.153,00	5.798.680,13
SE	155.827.866,91		311.599.182,08		17.959.881,15	
	155.752.266,91	75.600,00	189.644.352,82	121.954.829,26	13.205.619,42	4.754.261,73
Norte	1.789.532.795,21		3.535.919.969,09		366.658.601,79	
	1.784.259.078,38	5.273.716,83	2.526.294.404,88	1.009.625.564,21	329.054.291,79	37.604.310,00
AC	52.314.354,13		134.210.709,89		9.567.601,63	
	51.311.554,93	1.002.799,20	3.437.541,11	130.773.168,78	7.041.296,20	2.526.305,43
AM	192.662.929,06		366.153.834,05		43.310.045,13	
	191.726.929,06	936.000,00	49.715.247,14	316.438.586,91	32.888.847,11	10.421.198,02
AP	40.037.363,63		79.873.007,87		10.028.138,02	
	39.159.698,96	877.664,67	33.800.027,84	46.072.980,03	7.516.763,28	2.511.374,74
PA	404.141.817,92		716.665.048,87		81.455.360,12	
	402.819.212,26	1.322.605,66	554.290.819,03	162.374.229,84	70.086.078,92	11.369.281,20

Blocos	ATENÇÃO BÁSICA		MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		VIGILÂNCIA	
	UF	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
RO	82.114.855,96		230.622.042,54		18.571.811,43	
	81.627.255,96	487.600,00	97.793.178,00	132.828.864,54	14.344.128,61	4.227.682,82
RR	24.062.733,91		66.979.319,00		8.007.343,10	
	23.628.713,91	434.020,00	19.865.176,19	47.114.142,81	6.008.681,45	1.998.661,65
TO	125.589.520,06		240.561.377,27		17.172.802,28	
	125.376.492,76	213.027,30	66.537.785,97	174.023.591,30	12.622.996,14	4.549.806,14
Sudeste	6.905.585.119,59		23.238.454.565,32		1.210.576.297,26	
	6.902.086.899,59	3.498.220,00	19.044.856.846,52	4.193.597.718,80	1.008.495.888,42	202.080.408,84
ES	169.906.876,29		494.444.534,82		29.632.914,36	
	169.498.636,29	408.240,00	140.820.595,01	353.623.939,81	22.726.455,63	6.906.458,73
MG	1.270.412.050,72		2.764.674.348,45		153.927.536,82	
	1.269.576.670,72	835.380,00	2.125.545.619,57	639.128.728,88	123.747.182,00	30.180.354,82
RJ	648.226.661,53		2.380.202.689,11		115.205.187,71	
	648.226.661,53	0	1.951.148.347,83	429.054.341,28	95.602.838,10	19.602.349,61
SP	1.449.200.409,40		6.227.127.977,69		321.338.966,92	
	1.446.945.809,40	2.254.600,00	3.455.337.268,86	2.771.790.708,83	175.947.721,24	145.391.245,68
Sul	2.278.691.823,20		6.795.801.981,43		250.519.205,14	
	2.278.608.663,20	83.160,00	5.289.054.635,92	1.506.747.345,51	213.842.594,36	36.676.610,78
PR	555.983.424,40		1.671.027.348,43		62.771.674,04	
	555.919.164,40	64.260,00	991.413.480,65	679.613.867,78	48.686.530,44	14.085.143,60
RS	446.158.161,09		1.612.789.040,60		57.691.882,04	
	446.150.601,09	7.560,00	1.079.601.158,08	533.187.882,52	44.328.120,89	13.363.761,15
SC	415.196.038,31		949.598.275,90		36.181.883,51	
	415.184.698,31	11.340,00	655.652.680,69	293.945.595,21	26.954.177,48	9.227.706,03
BRASIL	10.463.986.072,60		27.313.402.093,00		1.533.046.301,68	
	10.367.619.593,02	96.366.479,58	17.472.847.193,08	9.840.554.899,92	1.121.805.042,92	411.241.258,76

Fonte: SIAFI/CAA/SPO/MS. Em R\$ 1,00

Blocos	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		GESTÃO DO SUS		INVESTIMENTOS	
	UF	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Centro-Oeste	166.447.072,78		7.132.567,30		220.456.579,62	
	123.175.951,09	43.271.121,69	5.134.836,83	1.997.730,47	206.201.974,33	14.254.605,29
DF	16.839.441,80		727.400,00		5.654.600,00	
	0	16.839.441,80	0	727.400,00	0	5.654.600,00
GO	43.159.029,93		1.556.942,00		60.438.803,56	
	25.778.355,98	17.380.673,95	1.556.942,00	0	60.438.803,56	0
MS	17.019.543,47		210.000,00		14.095.690,75	
	10.195.752,90	6.823.790,57	210.000,00	0	13.576.280,75	519.410,00
MT	14.625.242,09		1.435.641,65		32.866.495,50	
	12.398.026,72	2.227.215,37	165.311,18	1.270.330,47	24.785.900,21	8.080.595,29
Nordeste	541.207.196,47		23.870.381,72		700.005.820,90	
	459.507.578,01	81.699.618,46	19.004.735,45	4.865.646,27	676.479.139,90	23.526.681,00
AL	18.380.235,97		1.063.800,00		21.680.606,88	
	13.689.999,45	4.690.236,52	1.063.800,00	0	21.480.606,88	200.000,00
BA	69.037.089,42		3.014.171,96		87.050.879,05	
	53.248.342,07	15.788.747,35	1.737.071,96	1.277.100,00	76.864.519,05	10.186.360,00
CE	47.114.792,15		1.799.750,00		54.470.866,14	
	13.948.755,70	33.166.036,45	999.750,00	800.000,00	49.420.755,14	5.050.111,00
MA	32.308.258,93		180.000,00		49.338.739,09	
	28.075.077,49	4.233.181,44	180.000,00	0	44.691.289,09	4.647.450,00
PB	23.792.872,13		1.020.160,00		25.724.011,00	
	17.493.216,33	6.299.655,80	732.000,00	288.160,00	25.724.011,00	0
PE	43.485.903,99		1.758.372,00		54.704.582,00	
	36.554.177,08	6.931.726,91	789.072,00	969.300,00	51.661.822,00	3.042.760,00
PI	15.407.195,52		1.700.726,90		28.021.280,07	
	12.691.257,29	2.715.938,23	1.030.940,63	669.786,27	28.021.280,07	0
RN	16.840.240,19		1.740.110,00		25.596.045,32	
	13.672.850,49	3.167.389,70	878.810,00	861.300,00	25.196.045,32	400.000,00
SE	13.427.127,92		190.000,00		14.256.204,34	
	8.720.421,86	4.706.706,06	190.000,00	0	14.256.204,34	0
Norte	161.997.932,75		3.725.098,00		371.510.209,24	
	148.472.501,37	13.525.431,38	3.348.098,00	377.000,00	316.547.259,80	54.962.949,44
AC	3.101.673,89		127.097,50		8.729.591,66	
	2.919.401,18	182.272,71	127.097,50	0	5.738.941,66	2.990.650,00
AM	18.566.844,64		237.000,00		15.651.611,00	
	13.421.765,98	5.145.078,66	225.000,00	12.000,00	11.251.651,00	4.399.960,00
AP	2.847.691,01		-		23.567.912,50	
	2.720.940,13	126.750,88	0	0	13.520.863,80	10.047.048,70
PA	40.438.387,06		165.000,00		51.897.106,64	
	35.307.003,51	5.131.383,55	165.000,00	0	39.203.658,64	12.693.448,00
RO	7.828.561,38		322.000,54		21.753.192,42	
	6.436.247,58	1.392.313,80	322.000,54	0	18.955.044,18	2.798.148,24
RR	2.068.783,88		575.000,00		37.883.065,83	
	1.892.772,16	176.011,72	510.000,00	65.000,00	20.210.102,83	17.672.963,00
TO	7.697.861,46		499.999,71		30.637.420,40	

Blocos	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		GESTÃO DO SUS		INVESTIMENTOS		
	UF	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL
		6.326.241,40	1.371.620,06	199.999,71	300.000,00	26.276.688,90	4.360.731,50
Sudeste	1.167.495.559,23		23.785.672,84		541.265.534,82		
	847.551.565,24	319.943.993,99	18.679.292,84	5.106.380,00	534.972.375,72	6.293.159,10	
ES	28.071.097,39		40.000,00		12.959.949,58		
	14.414.236,21	13.656.861,18	40.000,00	0	12.959.949,58	0	
MG	126.304.981,41		6.661.150,00		81.659.398,29		
	50.559.790,06	75.745.191,35	1.955.150,00	4.706.000,00	78.758.518,29	2.900.880,00	
RJ	86.580.078,57		934.500,76		62.076.826,22		
	65.692.925,90	20.887.152,67	934.500,76	0	61.939.547,12	137.279,10	
SP	356.827.170,94		4.277.185,66		120.416.568,11		
	147.172.382,15	209.654.788,79	3.876.805,66	400.380,00	117.161.568,11	3.255.000,00	
Sul	275.434.780,18		3.854.500,00		173.095.624,16		
	185.583.441,72	89.851.338,46	3.854.500,00	0,00	171.194.864,16	1.900.760,00	
PR	71.892.658,14		1.492.500,00		42.638.964,42		
	12.852.264,13	59.040.394,01	1.492.500,00	0	42.638.964,42	0	
RS	55.604.563,13		770.000,00		39.886.869,38		
	45.323.029,97	10.281.533,16	770.000,00	0	39.886.869,38	0	
SC	46.166.497,89		411.000,00		25.341.460,49		
	25.637.086,60	20.529.411,29	411.000,00	0	23.440.700,49	1.900.760,00	
BRASIL	1.225.433.824,30		32.909.508,68		1.048.998.740,64		
	677.142.320,32	548.291.503,98	20.562.751,94	12.346.756,74	948.060.585,81	100.938.154,83	

Fonte: SIAFI/CAA/SPO/MS

2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

R\$ 1,00

Item Informação		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Modalidade Aplicação		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
30	TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	69.237.728,78	15.408.913,63	14.644.669,45
40	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	148.305.506,73	64.779.120,44	64.561.155,43
TOTAL TRANSFERIDO POR CONVÊNIO/SIMILAR		217.543.235,51	80.188.034,07	79.205.824,88
31	TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO*	15.381.592.563,43	11.241.662.926,02	11.077.351.770,62
41	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO*	43.405.129.695,96	30.288.200.361,89	30.022.774.881,89
TOTAL TRANSFERIDO FUNDO A FUNDO		58.786.722.259,39	41.529.863.287,91	41.100.126.652,51
TOTAL GERAL		59.004.265.494,90	41.610.051.321,98	41.179.332.477,39

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

(*) Inclui os valores dos HU's, sem FAEC.

2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$1,00

UF Beneficiada		30	31	40	41	TOTAL
AC	ACRE	2.529.722,04	191.078.880,54	5.021.219,00	119.598.871,30	318.228.692,88
AL	ALAGOAS	0,00	234.838.312,99	8.152.713,25	936.274.545,52	1.179.265.571,76
AM	AMAZONAS	2.976.859,87	460.417.026,37	5.623.992,00	451.566.637,90	920.584.516,14
AP	AMAPA	0,00	80.700.404,78	450.000,00	149.893.132,13	231.043.536,91
BA	BAHIA	1.405.791,67	1.229.909.660,08	14.246.637,12	3.019.426.333,45	4.264.988.422,32
CE	CEARA	0,00	459.328.204,85	8.207.107,52	2.335.888.973,07	2.803.424.285,44
DF	DISTRITO FEDERAL	1.763.200,00	634.421.075,94	0,00	0,00	636.184.275,94
ES	ESPIRITO SANTO	0,00	488.431.313,26	0,00	522.292.765,81	1.010.724.079,07
GO	GOIAS	0,00	69.860.710,58	6.372.539,71	1.783.758.827,78	1.859.992.078,07
MA	MARANHAO	4.316.722,00	353.857.795,42	17.580.718,14	1.560.987.895,99	1.936.743.131,55
MG	MINAS GERAIS	2.148.291,87	984.895.176,87	19.934.500,22	5.020.110.210,97	6.027.088.179,93
MS	MATO GROSSO DO SUL	0,00	140.449.531,80	3.113.750,00	708.284.737,06	851.848.018,86
MT	MATO GROSSO	0,00	217.244.737,65	143.826,94	716.476.802,22	933.865.366,81
PA	PARA	166.225,00	245.328.168,26	4.252.553,36	1.540.889.983,57	1.790.636.930,19
PB	PARAIBA	11.712.118,35	75.686.716,63	6.565.239,86	1.164.438.831,18	1.258.402.906,02
PE	PERNAMBUCO	6.077.510,00	923.490.555,87	4.700.000,00	2.059.538.201,85	2.993.806.267,72
PI	PIAUI	1.905.504,00	188.407.148,60	12.879.869,34	1.012.018.320,75	1.215.210.842,69
PR	PARANA	1.757.238,18	1.035.894.094,64	1.350.000,00	2.301.426.874,39	3.340.428.207,21
RJ	RIO DE JANEIRO	3.707.200,00	707.837.807,13	2.220.253,03	3.781.617.123,64	4.495.382.383,80
RN	RIO GRANDE DO NORTE	130.000,00	197.783.281,29	1.840.411,72	837.424.657,46	1.037.178.350,47
RO	RONDONIA	2.601.420,00	197.943.742,55	2.400.000,00	294.003.593,53	496.948.756,08
RR	RORAIMA	0,00	86.187.504,51	12.593.454,27	73.878.148,62	172.659.107,40
RS	RIO GRANDE DO SUL	6.520.864,00	745.353.184,76	3.095.643,89	2.313.502.086,89	3.068.471.779,54
SC	SANTA CATARINA	0,00	448.650.795,55	3.010.363,60	1.612.083.222,57	2.063.744.381,72
SE	SERGIPE	160.000,00	192.490.114,93	2.430.604,52	530.185.478,79	725.266.198,24
SP	SAO PAULO	18.532.126,80	4.230.012.085,05	2.010.177,13	7.294.462.440,23	11.545.016.829,21
TO	TOCANTINS	826.935,00	250.743.594,49	109.932,11	327.316.487,75	578.996.949,35
Total:		69.237.728,78	15.071.241.625,39	148.305.506,73	42.467.345.184,42	57.756.130.045,32

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

2.4. Transferência a Estados – Liquidado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (12.09.2016)

Em R\$1,00

UF Beneficiada		30	31	40	41	TOTAL
AC	ACRE	2.529.722,04	134.725.922,45	0,00	61.146.824,49	198.402.468,98
AL	ALAGOAS	0,00	151.393.982,75	7.552.713,24	624.376.115,79	783.322.811,78
AM	AMAZONAS	1.676.859,87	332.844.181,41	250.000,00	277.582.618,05	612.353.659,33
AP	AMAPA	0,00	49.320.262,66	0,00	86.166.438,67	135.486.701,33
BA	BAHIA	287.791,67	863.583.656,83	0,00	2.029.387.535,63	2.893.258.984,13
CE	CEARA	0,00	304.737.670,22	4.895.790,97	1.580.243.248,10	1.889.876.709,29
DF	DISTRITO FEDERAL	0,00	431.742.404,86	0,00	0,00	431.742.404,86
ES	ESPIRITO SANTO	0,00	379.489.391,34	0,00	338.371.146,22	717.860.537,56
GO	GOIAS	0,00	50.965.710,88	5.244.010,19	1.226.603.438,99	1.282.813.160,06
MA	MARANHAO	0,00	251.761.330,40	9.713.074,07	1.016.158.707,51	1.277.633.111,98
MG	MINAS GERAIS	1.468.291,87	747.828.608,59	18.099.750,22	3.551.900.169,76	4.319.296.820,44
MS	MATO GROSSO DO SUL	0,00	73.004.010,13	423.750,00	521.773.228,01	595.200.988,14
MT	MATO GROSSO	0,00	157.170.938,37	0,00	498.240.688,47	655.411.626,84
PA	PARA	166.225,00	178.647.003,09	1.644.192,36	1.053.692.513,99	1.234.149.934,44
PB	PARAIBA	0,00	55.317.783,63	1.005.767,59	829.577.899,50	885.901.450,72
PE	PERNAMBUCO	2.752.000,00	706.841.533,91	250.000,00	1.439.000.712,71	2.148.844.246,62
PI	PIAUI	0,00	135.792.331,60	7.693.213,74	697.939.184,81	841.424.730,15
PR	PARANA	598.019,18	761.456.388,57	0,00	1.592.227.306,93	2.354.281.714,68
RJ	RIO DE JANEIRO	0,00	458.797.085,46	1.123.253,03	2.705.786.125,81	3.165.706.464,30
RN	RIO GRANDE DO NORTE	130.000,00	149.689.378,08	790.411,72	564.113.247,46	714.723.037,26
RO	RONDONIA	1.540.140,00	139.209.341,15	0,00	200.379.215,37	341.128.696,52
RR	RORAIMA	0,00	49.317.063,14	545.016,27	49.622.019,54	99.484.098,95
RS	RIO GRANDE DO SUL	4.099.864,00	561.018.840,89	1.272.247,93	1.626.856.749,74	2.193.247.702,56
SC	SANTA CATARINA	0,00	325.238.853,32	136.212,91	1.128.345.946,58	1.453.721.012,81
SE	SERGIPE	160.000,00	127.657.546,62	2.129.539,07	366.266.921,96	496.214.007,65
SP	SAO PAULO	0,00	3.173.945.315,25	2.010.177,13	5.070.731.094,27	8.246.686.586,65
TO	TOCANTINS	0,00	179.815.452,38	0,00	213.926.751,99	393.742.204,37
Total:		15.408.913,63	10.931.311.987,98	64.779.120,44	29.350.415.850,35	40.361.915.872,40

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria, GHC e Institutos

Produção Assistencial dos Hospitais Próprios, do Grupo Hospitalar Conceição – GHC e dos Institutos – 2º Quadrimestre de 2016.

Período: Janeiro a Agosto de 2016

Acumulado até 2º Quadrimestre/2016						
HOSPITAIS FEDERAIS, GHC e INSTITUTOS	Atendimentos			Procedimentos		
	Internação	Consultas	Cirurgia	Partos	Exames Ambulatoriais	Outros Proced. Ambulatoriais
HOSPITAIS FEDERAIS	28.251	512.938	33.990	1.268	3.610.363	65.134
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC	39.481	951.540	21.725	5.544	1.707.356	600.893
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia - CNES: 2273276	6.239	129.099	5.916	*	99.430	10.032
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	3.133	82.536	997	*	397.302	15.783
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA	9.226	236.066	5.104	*	1.000.948	83.930
TOTAL	86.330	1.912.179	67.732	6.812	6.815.399	775.772

Consolidado por: CGPL/SPO/SE/MS

* O instituto não realiza este procedimento.

NOTA : Todas as informações que constam neste relatório foram extraídas através dos sistemas de produção ambulatorial e hospitalar (SIA e SIH) do MS, no dia 28/09/2016. Cabe ressaltar que tais informações estão sujeitas a alterações uma vez que o sistema permite que novos inputs de dados sejam lançados.

Legenda:

- Internação
 - Consultas
 - Cirurgia
 - PARTO
- Produção SIH
 - Subgrupo 0301 - Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos - SIA
 - Grupo 04 - Procedimentos Cirúrgicos - SIA e SIH
 - Normal - SIH
 - 03.10.01.003-9 - PARTO NORMAL
 - 03.10.01.004-7 - PARTO NORMAL EM GESTACAO DE ALTO RISCO
 - 03.10.01.005-5 - PARTO NORMAL EM CENTRO DE PARTO NORMAL (CPN) Cesária - SIH
 - 04.11.01.002-6 - PARTO CESARIANO EM GESTACAO DE ALTO RISCO
 - 04.11.01.003-4 - PARTO CESARIANO
 - 04.11.01.004-2 - PARTO CESARIANO C/ LAQUEADURA TUBARIA
-
- Exames Ambulatoriais
 - Outros Procedimentos Ambulatoriais
- Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica - SIA
 - atendimentos Ambulatoriais menos os itens Consultas e Exames Ambulatoriais.

4. Indicadores (Resultado Cumulativo)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2016	Índice Apurado 2016			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Cobertura de municípios no Programa Farmácia Popular do Brasil, Aqui Tem Farmácia Popular	Número de municípios com ao menos uma farmácia ou drogaria credenciada no Programa Farmácia Popular do Brasil/Número total de municípios do Brasil x 100	percentual	79	80,5	80,5		DAF/ SCTIE	
Número absoluto de óbitos por dengue	Número de óbitos confirmados por dengue, em determinado espaço geográfico, no período considerado.	unidade	802	265	563 (*)		SINAN (SVS)	(*) Número absoluto de óbitos (dados acumulados até 20/09/2016).
Percentual de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticado por meio do teste rápido molecular para tuberculose (TRM-TB)	Casos novos pulmonares confirmados por TRM-TB/Casos novos pulmonares x 100	percentual	20	20,8	20,9		SI-PNI/ API/ Sinasc (SVS)	
Número absoluto de casos autóctones de malária no Brasil	Somatório do número de exames positivos de malária (códigos B50 a B54 da CID-10) por local provável de infecção, excluídas LVC.	Unidade	131.000	39.776 (*)	75.225		Sivep- Malária e Sinan (SVS)	(*) A informação do 1º quadrimestre foi revista de 37.654 para 39.776 casos. No 2º quadrimestre foram confirmados 35.449 casos autóctones totalizando 75.225 casos confirmados no período de janeiro a agosto (dados atualizados em setembro).
Número de Unidades da Federação com pelo menos 90% de óbitos maternos investigados	Número de UF com 90% ou mais no índice "total de óbitos maternos investigados / total de óbitos de maternos x 100	unidade	21	7	8		SIM (SVS)	Dado extraído em setembro de 2016.
Percentual de municípios com dados de monitoramento da qualidade da água para consumo humano realizado pelo setor saúde	Número de municípios que possuem dados relacionados à vigilância da qualidade da água inseridas no Sisagua, dividido pelo número de municípios brasileiros, multiplicado por 100	unidade	83,63	53,86	74,78		Sisagua (SVS)	

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2016	Índice Apurado 2016			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Número de testes de sífilis realizados em gestantes	Número de testes de sífilis realizados em gestantes	unidade	2.140.000	718.446(*)	1.235.604		SVS	Os números acumulados do 1º e do 2º quadrimestres totalizam 1.235.604 testes realizados, dos quais 718.446 no 1º e 517.158 no 2º quadrimestres. As informações do 2º quadrimestre são referentes aos meses de maio a julho (517.158). (*) Número revisto de 509.890 para 718.446.
Número de pessoas vivendo com HIV/aids em tratamento	Número de pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA) em terapia antirretroviral (TARV)	unidade	485.000	454.000 (*)	483.000		SVS	(*) O número do 1º quadrimestre foi revisto de 474 mil para 454 mil.
Percentual de Bancos de Leite Humanos (BLHs) no Brasil credenciados	Número de BLHs credenciados no período / Número de BLHs monitorados no país no mesmo período*100	percentual	65	Sem apuração	Sem apuração		Fiocruz	A apuração deste indicador somente ocorre no último trimestre do ano, considerando a conclusão do processo que é anual.
Cobertura de Equipe Saúde da Família (ESF)	Número de equipes de saúde da família (SCNES) x 3.450 / População estimada pelo TCU/IBGE 2012.	percentual	77,31	63,83 (mar/16)	64,59 (julho)		DAB/SAS	Na projeção de 2016 foi utilizada a população estimada pelo TCU/IBGE 2012. Entretanto, no período, ocorrerá atualização da população, necessitando a revisão do valor estimado.
Cobertura de equipe de Saúde Bucal (ESB)	Número de equipes de saúde bucal (SCNES) x 3.450 / População estimada pelo TCU/IBGE 2012.	percentual	46,61	39,6 ¹	39,8 (julho)		DAB/SAS	Na projeção de 2016 foi utilizada a população estimada pelo TCU/IBGE 2012. Entretanto, no período, ocorrerá atualização da população, necessitando a revisão do valor estimado. Cabe ressaltar que a cobertura das equipes sofreu alteração no período, pois as equipes que não mantêm os dados atualizados no CNES, não são contabilizadas para cobertura ESF.

¹ Retificação do dado do 1º RQPC (43,51) pela área técnica.

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2016	Índice Apurado 2016			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Proporção de estados com suficiência de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) ²	Número de estados com suficiência de leitos*100/27 estados.	percentual	44 (*)	0	37		SAS	Atualmente 10 estados encontram-se com suficiência de leitos UTIN representando 37% (10 estados*100/27), considerado o índice de referência. (*)A meta prevista para 2016 foi revista de 20% para 44%.
Cobertura da Triagem Auditiva Neonatal.	Número de procedimentos registrados de Triagem Auditiva Neonatal em nascidos vivos subtraindo 6% desse total/ Número de nascidos vivos subtraindo 25% dessa população. (x 100).	percentual	31,50	31,8	34,41		SAS	Os dados utilizados para o cálculo deste indicador (nº de nascidos vivos e nº de procedimentos realizados) são referentes aos meses de janeiro a junho. Por se tratar de dados preliminares, estão sujeitos a futuras alterações, podendo alterar o índice apurado para o 1º e 2º quadrimestre.

² Método de Cálculo da Necessidade de Leitos: 75% nascidos vivos SINASC por estado (o último SINASC fechado) * 1000 / 2 leitos.

5. Resultados Qualitativos dos Objetivos da PAS – 2º Quadrimestre/2016

Objetivo 01. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Uma das prioridades na implementação desse objetivo será a ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária por meio da elevação da quantidade das equipes de saúde da família e de saúde bucal. Ainda nesse nível de atenção, as prioridades estão voltadas para a adequação da infraestrutura das unidades básicas, aprimoramento dos parâmetros de qualidade e a expansão e qualificação do sistema. Com relação à atenção especializada, especial ênfase será dada ao Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos/Tecidos visando aumentar o quantitativo de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos/ tecidos realizados, bem como sensibilizar a sociedade brasileira para a doação efetiva de órgãos.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família para 46 mil.	Número de ESF implantada	43.465	40.716 (julho)	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
2. Ampliar o número de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF para 7.000.	Número de equipes implantadas	5.495	4.353 (julho)	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família (PO 007)
3. Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para 29 mil equipes de saúde bucal implantadas.	Número de ESB implantada	26.205	24.697 (julho)	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
4. Implantar 684 novas equipes de atenção domiciliar, sendo 432 novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 252 novas Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).	Número de Equipes de Atenção Domiciliar implantada	0 ³	0	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 000G)

³ Não existe expectativa de implantação de novas equipes para 2016 e sim a manutenção das equipes existentes.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Ampliar a cobertura da atenção básica à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.	Número de equipes habilitadas	421	265	2015.20B1 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
6. Alcançar 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros atuando em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica – PROVAB.	Médico alocado	18.247	18.333	2015. 214U - Implementação do Programa Mais Médicos
7. Avaliar e certificar a qualidade de 40 mil equipes de atenção básica no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).	Número de equipes de Atenção Básica avaliadas e certificadas	35.000	30.523 ⁴	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
8. Acompanhar na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com as condicionalidades de saúde	Percentual de famílias acompanhadas	73	72,5	Não se aplica
9. Aumentar de 18 para 20,7 milhões o número de educandos cobertos pelo Programa Saúde na Escola (PSE).	Número de educandos coberto pelo PSE	18.912.000	0	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
10. Ampliar em 5.994 o número de leitos, sendo 4.080 novos leitos de UTI Adulto, Pediátrico, Neonatal e Unidade Coronariana (UCO) e 1.914 leitos de UCI Convencional e Canguru no SUS, em todas as regiões do País.	Número de leitos habilitados	1.369	247	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0003)
11. Aumentar em 4% ao ano o Índice de Transplantes de Órgãos Sólidos por milhão da população (pmp), passando de 37,95 pmp para 46,18 pmp.	Índice de transplantes de órgão sólido realizado por milhão de população	41,05	22,52	2015.20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
12. Aumentar em 4% ao ano o Índice de Doadores Efetivos de Órgãos por milhão da população (pmp), passando de 13,36 pmp para 16,25 pmp.	Índice de Doadores Efetivos de órgãos por milhão da população (pmp) atingido.	14,45	8,68	2015.20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes

⁴ Tanto a meta para 2016 como o realizado incluem a linha de base de 2015, de 30.523 equipes. Em 2016 não foram certificadas novas equipes até agosto.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
13. Disponibilizar teste de ácido nucléico - NAT brasileiro para HIV / HCV / HBV para 100% das doações de sangue realizadas no âmbito do SUS.	Percentual de bolsa de sangue testada	100	86% (julho)	2015.6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia
14. Aumentar de 20 para 160 as Centrais de Regulação que recebem incentivo federal de custeio para a melhoria do acesso aos serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.	Número de Centrais de Regulação qualificadas em urgência e emergência	40	51	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
15. Custear a conectividade de banda larga de 25 mil Unidades Básicas de Saúde.	UBS com conectividade custeada	12.000	6.370 (maio)	2015.8585 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
16. Garantir 14 mil Unidades Básicas de Saúde utilizando prontuário eletrônico.	UBS com prontuário eletrônico em uso	9.500	9.774	2015.8573 – Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família
17. Implementar brinquedotecas em todos os hospitais federais que realizem atendimento pediátrico em regime de internação, em cumprimento da lei nº 11.104/2008	Brinquedoteca implementada	Não se aplica	-	Não se aplica
18. Apoiar a construção, reforma e ampliação de mais 16.000 obras do Programa de Requalificação de UBS – RequalificaUBS.	Número de UBS habilitada	3.470	858	2015. 12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS 2015. 8577 – Piso de Atenção Básica Fixo (PO 0003)
19. Implantar 500 novos Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs.	Número de CEO implantado	100	16	2015. 8730 – Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
20. Implantar 732 novos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.	Número de laboratórios regionais implantados	183	45	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Informações Adicionais

MAIS MÉDICOS – De janeiro a agosto de 2016 foram alocados 1.835 profissionais no 9º Ciclo e 1.238 do 10º Ciclo do Projeto Mais Médicos, totalizando 3.073. Total de médicos atuantes no Programa Mais Médicos e PROVAB: 18.333, sendo: 15.260 PAS 2015 + 1.835 alocados no 9º Ciclo + 1.238 alocados no 10º Ciclo O 11º ciclo prevê alocação exclusiva para o município de São Paulo/SP e utiliza recursos deste ente municipal. Está em andamento o 12º ciclo, a partir do Edital nº 15, de 21 de julho de 2016, que visa a adesão e renovação de municípios aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde e do Edital nº 14, de 21 de julho de 2016, que visa a adesão de médicos aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde.

QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA - O Programa Nacional de Melhoria e Acesso da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) continua com dificuldades para ampliação das equipes de atenção básica avaliadas e certificadas no período. Os principais nós críticos são: 1. Publicação da portaria de homologação das equipes participantes do 3º ciclo do Programa; 2. Liberação da 2ª parcela dos recursos relativos ao Termo de Execução Descentralizada (TED) das universidades parceiras para a realização da avaliação externa.

SAÚDE DA FAMÍLIA - A flutuação no quantitativo mensal de equipes implantadas é comum, uma vez que o status de implantada está vinculado à atualização por parte do gestor municipal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, à alimentação do sistema de informação da atenção básica e à ocorrência de denúncias por parte dos órgãos de controle. Ressalta-se que, com exceção das eSF credenciadas automaticamente, por possuírem profissional do Programa Mais Médicos, não houve mais credenciamento de equipes devido ao contingenciamento financeiro da saúde. A flutuação no quantitativo mensal de Nasf implantados é comum, uma vez que o status de implantado está vinculado à atualização por parte do gestor municipal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, à alimentação do sistema de informação da atenção básica e à ocorrência de denúncias por parte dos órgãos de controle.

LEITOS – Foram habilitados um total de 247 leitos de UTI/UCI, correspondendo a 18,04% da meta pactuada. Entre janeiro a agosto de 2016 foram habilitados: UTI - 54 leitos de UTI Adulto (7,02%) correspondendo ao valor de custeio de R\$ 2.655.938,56/ano (2,33%), 05 leitos de UTI Neonatal (3,79%) correspondendo ao valor de custeio de R\$ 698.931,20/ano (3,57%). UCI – 186 leitos de UCINCo (93%) correspondendo ao valor de custeio de R\$ 2.049.840,00/ano (11,14%), 02 leitos de UCINCa (1,09%) correspondendo ao valor de custeio de R\$ 98.550,00/ano (1,09%). Foram habilitados um total de 147 leitos de UCINCo sem custeio considerando que já estavam qualificados pela Rede Cegonha, sendo: 99 leitos no mês de maio (5 PE, 6 AC, 74 PA, 14 SC), 24 leitos no mês de julho, 24 leitos no mês de agosto (6 MT e 18 AP). Com relação aos leitos de UTI foram habilitados 35 leitos de UTI adulto sem repasse de custeio, sendo: 06 leitos no mês de abril (PA) por solicitação do gestor e 29 leitos no mês de maio (GO) qualificados pela Rede de Urgência e Emergência. Ressalta-se que os cálculos referente a meta levou em consideração a fórmula de cálculo presente na PT/GM/MS nº 1.101/02 e PT/GM/MS nº 930/12.

BOLSA FAMÍLIA – Resultado da 1ª vigência de 2016: 72,5% de acompanhamento das famílias; 69,87% de acompanhamento das crianças (98,8% estavam com o calendário vacinal em dia e 81,6% tiveram dados nutricionais coletados) e 76,69% de identificação de gestantes (99,6% estavam com o pré-natal em dia e 93,4% com dados nutricionais coletados). Os dados foram divulgados em agosto. São pontos críticos para o cumprimento das metas: 1. Capacidade de mobilização e articulação intersetorial (saúde, educação e assistência social); 2. Cobertura de acompanhamento das famílias em municípios de maior porte; 3. Interrupção do acompanhamento das condicionalidades devido à suspensão dos serviços de manutenção do sistema pelo Datasus/MS.

EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE ATENÇÃO DOMICILIAR E DE APOIO - A meta para 2016 é manutenção das equipes existentes. Estavam em funcionamento 589 EMAD e 321 EMAP, totalizando 910 equipes. Pode haver pequena variação neste quantitativo, ao longo do tempo, em função de redução de equipes por parte dos gestores locais. Para os anos de 2017, 2018 e 2019 a meta é de manutenção das equipes existentes, adicionada de 228 novas equipes a cada ano, sendo 144 EMAD e 84 EMAP.

SAÚDE NA ESCOLA - A adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2016/18 ainda está aguardando publicação de Portaria uma vez que o Programa foi reestruturado. O planejamento do

conjunto de ações pactuadas na adesão, incluindo as acrescidas pelos municípios deverá considerar: o contexto escolar e social; o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar e em Atenção Básica.

O desenvolvimento das ações deve estar previsto em planejamento conjunto entre saúde e educação, respeitando o calendário escolar, a demanda e o processo de trabalho das duas áreas, garantindo-se estratégias que favoreçam a atenção à saúde dos educandos para além do espaço escolar e ao longo do ano letivo.

A formação de gestores, técnicos da saúde e da educação será responsabilidade das três esferas de governo e será trabalhada de maneira contínua e permanente. No MEC, deve alinhar-se com a política de Formação da Secretaria de Educação Básica e terá sua gestão realizada por meio da Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais com reserva de vagas de 30% para profissionais de saúde e da assistência, parceiros do PSE. No Ministério da Saúde, deve alinhar-se à Política de Educação Permanente para formação dos profissionais do SUS.

UBS - No período de janeiro a agosto de 2016 foram habilitadas 858 obras do Requalifica UBS, sendo 274 construções, 355 ampliações e 229 reformas. sendo que o maior número de habilitações ocorreu no mês de maio. Destaca-se que devido ao período eleitoral não é possível habilitar novas propostas do Requalifica UBS desde o mês de julho. Novas portarias de habilitação serão publicadas a partir de novembro de 2016. A baixa execução da meta nesse período se deve ao fato de que a maior parte das novas habilitações realizadas no ano de 2016 será viabilizada com recursos de emendas parlamentares, já que o orçamento aprovado para o ano de 2016 com recurso de programa - mais especificamente nas linhas orçamentárias 12L5 e 8577-PO0003 - visa o pagamento do passivo, ou seja, pagamento das parcelas das propostas vigentes habilitadas até 2013.

TESTE DE ÁCIDO NUCLÉICO – No período de janeiro a julho /2016 foram testadas 1.660.860 amostras. Os dados foram encaminhados pelos 14 Sítios Testadores, sendo que o Hemocentro de Brasília, que testa as amostras dos estados do Acre, Goiás, Tocantins e do Distrito Federal, bem como o Hemocentro de Santa Catarina, que testa as amostras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, forneceram informações até fevereiro de 2016 e até abril de 2016, respectivamente.

No mesmo período, no Sistema Único de Saúde (público e privado contratado), segundo dados do Sistema de Informação Ambulatorial - SIA, foram coletados 1.940.989 bolsas de sangue no Brasil.

Assim, o teste NAT cobriu, no período referido, 86% das bolsas coletadas no SUS.

Ressalta-se como ponto crítico do monitoramento desta Meta o descumprimento de prazo dos Sítios Testadores nos repasses de dados para obtenção do número de amostras testadas.

Destaca-se, ainda, que apesar de previsto em Portaria a realização do teste na triagem de doadores de sangue, não é obrigatória a utilização do NAT brasileiro, podendo o gestor local optar por outro fornecedor.

TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS SÓLIDOS – Até julho de 2016, o número de transplantes de órgãos sólidos realizados foi de 4.298. O quantitativo de transplantes de órgãos sólidos realizados no período se trata de um dado preliminar, passível de alteração, tendo em vista que algumas centrais estaduais de transplantes ainda não encaminharam seus relatórios de produção.

DOADORES EFETIVOS DE ÓRGÃOS – Até julho de 2016, o número de doadores efetivos foi de 1.660. O quantitativo de doadores efetivos no período se trata de um dado preliminar, passível de alteração, tendo em vista que algumas centrais estaduais de transplantes ainda não encaminharam seus relatórios de produção.

Objetivo 02. Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

O aprimoramento e articulação das Redes de Atenção a Saúde (RAS) constitui-se em importante objetivo estratégico no aprimoramento do Sistema Único de Saúde. As Redes Temáticas consideradas prioritárias foram: Rede de Urgência e Emergência (RUE); Rede Cegonha; Rede de Atenção Psicossocial, incluindo o cuidado das pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas; Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Neste Plano, dar-se-á prioridade articulação entre essas redes em seus diferentes estágios de constituição.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o acesso à Triagem Auditiva Neonatal por meio da equipagem de 737 maternidades no país, passando de 75 para 812 maternidades equipadas em funcionamento, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Número de maternidades equipadas	100	0	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
2. Ampliar de 166 mil para 182 mil o número de recém-nascidos beneficiados ao ano pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil.	Número de recém-nascidos beneficiados	170.000	86.148	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha
3. Habilitar 140 novos serviços como Maternidade de Referência para Atenção à Gestação de Alto Risco (GAR).	Número de serviços de maternidade habilitados	35	0	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha
4. Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma e aquisição de equipamentos) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.	Número de maternidades com ambiência adequada	30	17	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha
5. Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera - CGBP.	Número de CGBP implantadas	5	0	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha; 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0004)

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
6. Implantar 60 novos Centros de Parto Normal – CPN.	Número de CPN implantados	15	0	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha
7. Realizar 15 milhões de mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50-69 anos.	Número de mamografias realizadas	3.000.000	1.402.566 ⁵	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0008)
8. Realizar 30 milhões de exames citopatológicos para rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres de 25-64 anos.	Número de exames realizados	7.500.000	3.931.409	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0008)
9. Implantar 80 soluções de radioterapia contempladas no Plano de Expansão da Radioterapia.	Número de soluções de radioterapia implantadas	25	0 ⁶	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0007)
10. Apoiar a implantação de 175 UPA 24h.	Número de UPAs implantadas	50	64	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0009)
11. Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa - PVC, passando de 4.364 para 6.764.	Número de pessoas beneficiadas	600	156	2015.20AI – Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no SUS (De volta pra Casa)
12. Apoiar a implantação de 200 equipes de Consultório na Rua.	Número de equipes implantadas	158	117	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família (PO 0007)
13. Apoiar a implantação de 37 Unidades de Acolhimento Infante-Juvenil - UAI.	Número de UAI implantada	9	0	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)
14. Apoiar a implantação de 28 unidades de acolhimento adulto	Número de unidades implantadas	7	0	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)

⁵ Quantidade de exames realizados no período de janeiro a julho de 2016.

⁶ 11 projetos com obras iniciadas

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
15. Incentivar a implantação de 480 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).	Número de CAPs implantados	120	7	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental; 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
16. Apoiar a construção de 160 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS III - 24 horas.	Número de CAPs III 24 horas construído	40	1	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0009) 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 000F)
17. Apoiar a implantação de 162 novos CAPS-AD e CAPS-AD III	Número de CAPS-AD implantado	40	2	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 0002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)
18. Apoiar a implantação de 502 leitos de saúde mental em hospitais gerais	Número de leitos implantados	125	30	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 0002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)
19. Incentivar a adesão de 400 Centros de Especialidades Odontológicas à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.	Número de CEO habilitados	200	0	2015.8730 – Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada (PO 0003)
20. Implantar 98 Centros Especializados em Reabilitação - CER, passando de 124 para 222 CER em funcionamento.	Número de CER implantados	71	15	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0004)
21. Implantar 50 oficinas ortopédicas no País, passando de 24 para 74 oficinas em funcionamento.	Número de oficinas implantadas	10	0	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0004); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0006)
22. Ofertar 98 novos veículos adaptados acessíveis para transporte de pessoas com deficiência, passando de 103 para 201 veículos entregues.	Número de veículos adaptados entregues	9	5	2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde (PO 0006)

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
23. Apoiar a implantação de 300 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).	Número de SRT implantados	75	9	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 000F)
24. Habilitar 18 unidades que realizam acompanhamento multiprofissional das pessoas com Doença Renal Crônica (DRC) nos estágios clínicos IV e V (pré dialítico).	Número de unidades habilitadas	3	2	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
25. Elaborar e publicar 10 novas Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, no âmbito do Programa Viver sem Limite.	Número de diretrizes publicadas	4	2 ⁷	2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde (PO 0006)

⁷ Diretrizes de Estimulação Precoce e Diretrizes de Reabilitação da Pessoa com Síndrome Pós-poliomielite e Co-morbidades;

Informações Adicionais

No período de janeiro a agosto de 2016 foram concluídas 4 obras de Casas de Gestante, Bebê e Puérpera – CGBP. Entretanto, elas ainda estão em processo de habilitação.

Além disso, no mesmo período foram concluídas 4 obras de Centro de Parto Normal – CPN. Entretanto, elas ainda estão em processo de habilitação.

Atualmente estão em funcionamento 482 unidades UPA 24h, sendo que de janeiro a agosto de 2016, entraram em funcionamento 64 novas.

No período de janeiro a agosto de 2016 foram concluídas 7 obras de ambiência em maternidades, além de 10 obras equipadas.

De acordo com os dados extraídos em 15/09/2016, foram realizados 4.983.397 de exames citopatológicos, sendo 3.931.409 destes exames em mulheres dentro da faixa etária preconizada para rastreamento, 25 a 64 anos, representando 53% da meta prevista. Nesse mesmo período, foram realizadas 2.290.619 mamografias, sendo 1.402.566 destas, em mulheres dentro da faixa etária preconizada para rastreamento, 50 a 69 anos, essa quantidade representa 48% da meta prevista. Esses números podem sofrer alterações, pois os estados podem registrar os procedimentos realizados até três meses após sua realização, portanto, devem ser considerados como dados parciais para o período.

Foram habilitados, em dezembro de 2015, e estão em funcionamento, 12 Centros Especializados em Reabilitação – CER e 3 CER até o 2º quadrimestre de 2016, totalizando 139 CER em funcionamento.

Em relação aos CEO's, com base nos dados de agosto de 2016, o MS possui 49 CEO'S que solicitaram a adesão a Rede de Cuidados a Pessoas com Deficiência, entretanto as Portarias de Credenciamento ainda não foram publicadas.

Objetivo 03. Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

A implementação desse objetivo contempla a promoção do cuidado integral nos ciclos de vida e gênero como uma das prioridades do MS, para operacionalização na integralidade da atuação com abrangência nacional, a partir das Regiões de Saúde. As populações vulneráveis são grupos populacionais que se encontram em passíveis de exclusão em termos de direitos humanos e de cidadania. Na interface com os ciclos de vida e questões de gênero há uma gama de processos de exclusão e dificuldades de acesso que exigem, para sua superação, políticas específicas que contribuam para garantia de acesso integral à saúde.

Entre as prioridades expressadas neste objetivo, destacam-se a ampliação do número das equipes de saúde de referência no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, a suplementação de crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, a implantação de serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o número das equipes de saúde de referência no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, passando de 65 para 110 equipes implantadas.	Número de Equipe de Saúde implantada	10	0. Não houve implantação no período.	2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde (PO 0004)
2. Implantar 80 serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual em hospitais de referência do SUS, para a realização do registro de informações e da coleta de vestígios.	Número de serviços implantados	20	0. Não houve implantação no período.	2015.6175 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
3. Suplementar 330 mil crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, por meio da Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, nas creches participantes do Programa Saúde na Escola, anualmente.	Número de crianças suplementadas	330.000	0. Não houve novo ciclo de suplementação.	2015.8735 – Alimentação e Nutrição para a Saúde

Informações Adicionais

Em relação ao Programa Saúde na Escola, no final de maio/2016, a OPAS emitiu a ordem de compra de 20 milhões de sachês de micronutrientes, por meio do TC 84. A previsão de chegada é final de setembro/início de outubro.

No começo de julho foi proposto novo Termo de Referência para aquisição de mais 40 milhões de sachês, que abastecerão os municípios participantes no 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018, garantindo a continuidade do programa. Esse TC está na OPAS para emissão da cotação.

Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

Dentro das ações de promoção da saúde, incluem-se a promoção da alimentação saudável operacionalizada por meio do desenvolvimento de ações e abordagens para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição e a prática de atividade física, por meio do Programa Academia da Saúde, contribuindo para melhor qualidade de vida da população.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar para, no mínimo, 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) da vacina Pentavalente (DTP+HB+Hib) em menores de 1 ano.	Percentual de municípios com 95% de cobertura vacinal pentavalente	62,5	30,48%	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
2. Garantir a aquisição de 100% dos imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde.	Percentual de imunobiológicos adquiridos	100	91,11%	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002)
3. Aumentar para, no mínimo, 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados.	Percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar ⁸	73	56,5%	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
4. Aumentar para 95% a proporção de examinados entre os contatos intradomiciliares registrados dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção de contatos intradomiciliares examinados	79	74,7%	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)

⁸ Vale salientar que ao longo do ano de 2016, serão monitorados os desfechos dos casos diagnosticados em 2015, visto que o tratamento da tuberculose tem duração mínima de seis meses.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Aumentar para, no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV/Aids, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida.	Proporção de pessoas com HIV em tratamento	89	91,1%	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
6. Aumentar para, no mínimo, 80% a proporção de testagem para HIV entre casos novos de tuberculose.	Proporção de testagem para HIV entre casos novos de tuberculose	67	63%	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
7. Reduzir, para no máximo 100.000, o número de casos autóctones de malária no Brasil.	Número de casos autóctones de malária registrados.	131.000	75.225	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
8. Assegurar 100% das regiões de saúde com cobertura de pelo menos um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).	Percentual de regiões de saúde com cobertura de pelo menos um Cerest	53,19	37,21	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
9. Reduzir a prevalência de uso do tabaco para 9,6%.	Percentual de prevalência registrado	10,15	10,4% ⁹	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO – 000A)
10. Custear 3.500 pólos do Programa Academia da Saúde.	Número de pólo de academia da saúde custeado	1.334	630	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
11. Reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial de 20,8% para 14% da população, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Percentual de adultos com mais de 18 anos, residentes nas capitais dos 26 estados e DF, com consumo regular de refrigerante e suco artificial	17,96	Em apuração	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
12. Ampliar de 36,5% para 43% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Percentual de adultos com mais de 18 anos, residentes nas capitais dos 26 estados e DF, que consomem frutas e hortaliças regularmente	38,94	Em apuração	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde

⁹ Fonte: Pesquisa Vigitel 2015.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
13. Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Percentual da população maior de 18 anos, residente nas capitais dos 26 estados e DF, com índice de massa corporal (IMC) menor que 25kg/m ²	<= 52,5%	Em apuração	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
14. Reduzir em 50% o número de casos novos de beribéri notificados, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	Percentual de casos novos notificados	10	0 ¹⁰	Não se aplica
15. Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 2.000 municípios.	Número de municípios apoiados	500	378	2015.20Q8 - 2068.20Q8 – Apoiar às ações de saneamento básico e saúde ambiental; 2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
16. Ampliar de 26,79 para 26,90 milhões o número de domicílios urbanos com renda de até três salários mínimos mensais, que possuem unidades hidrossanitárias.	Número de domicílios urbanos beneficiados	7.012	0	2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
17. Ampliar em 30 mil o número de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição ou poço ou nascente com canalização interna.	Número de domicílios rurais abastecidos	7.013	0	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais
18. Ampliar em 20 mil o número de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.	Número de domicílios rurais servidos	4.675	0	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais; e 2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos ¹¹

¹⁰ 14 novos casos de Beribéri foram confirmados em 2016.

¹¹ Embora a ação orçamentária vinculada à meta seja a 7656, a ação 7652 também abrange ações referentes a esgotamento sanitário em áreas rurais.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
19. Ampliar em 10 mil o número domicílios rurais, com renda de até três salários mínimos mensais, que possuem unidades hidrossanitárias.	Número de domicílios rurais com unidades hidrossanitárias	2.337	0	2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
20. Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 3.000 Comunidades Rurais e Tradicionais.	Número de comunidades tradicionais e em áreas rurais apoiadas	750	410	2068.20Q8 – Apoia às ações de saneamento básico e saúde ambiental

Informações Adicionais

Atualmente, 72,50% dos municípios brasileiros apresentam cobertura vacinal adequada (95%) da vacina Pentavalente (DTP+HB+Hib) em menores de 1 ano.

O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticada por critério laboratorial entre janeiro e junho de 2015 está em 56,5%, ou seja, um alcance de 74,3% da meta esperada para 2016 que é de 73%. Ainda para esse período, observa-se que 22,4% do total dos casos encontram-se com o desfecho ignorado/branco e 7,4% assinalados como transferência. Juntas, essas duas categorias representam 29,8% (sem definição de desfecho) do total de casos. No período de janeiro a julho de 2016, foram diagnosticados e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) 28.745 casos novos de tuberculose. Desse total, 18.112 foram submetidos à testagem para o HIV, o equivalente a 63,0% (94,3% da meta esperada de 66,8%). Do total de casos novos, 4.457 (15,5%) apresentam-se com o resultado “em andamento”.

O percentual de examinados, entre os contatos domiciliares de casos novos de hanseníase registrados nos anos das coortes de 2016, está em 74,7% (Sinan em 26/08/2016) - dos 94.133 contatos registrados no período, 70.313 foram examinados. Esse resultado corresponde ao alcance de 94,5% da meta para 2016, que é de 79% de examinados, o que sinaliza a possibilidade de alcance da meta. Foi (1). realizado o Dia Mundial de Combate a Hanseníase, com ações de informação, educação e mobilização para profissionais de saúde e população em geral; e (2). divulgado o Curso EAD 'Hanseníase na Atenção Básica', tendo cerca de 27 mil inscritos em maio de 2016. Até o período 2016 foram visitados 254.670 domicílios; 671.964 pessoas examinadas e 1.508 casos novos de hanseníase diagnosticados. Além disso, foram publicadas as 'Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública: manual técnico-operacional', que atualiza os parâmetros para avaliação de contatos.

De janeiro a agosto de 2016, em comparação com o mesmo período de 2015, houve redução de 16% no número de casos autóctones de malária, passando de 89.888 para 75.225 casos. Na região Amazônica, os Estados que apresentaram aumento foram: Acre (de 15.589 para 20.562 casos) e Pará (de 6.079 para 8.520 casos). Neste mesmo período, na região Extra-Amazônica, foram registrados casos autóctones nos seguintes Estados: ES (34), MG (2), RJ (16), SC (2), SP (8). As demais unidades federativas (AL, BA, CE, DF, GO, MS, PB, PR, PE, PI, RN, RS, SE) não apresentaram casos. Os dados ainda são preliminares, ou seja, sujeitos à alteração.

Com relação aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), 37,21% das Regiões de Saúde apresentam a cobertura de pelo menos um Cerest. Existem 438 Regiões de Saúde no Brasil e estão habilitados 208 Cerest, sendo 26 Estaduais e 182 Regionais.

Nas 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal, a frequência de adultos fumantes foi de 10,4% (sexo masculino + sexo feminino), sendo maior no sexo masculino (12,8%) em relação ao sexo feminino, que apresentou o valor de 8,3%. A meta de reduzir o uso do tabaco em 9,6% foi atingida em grande parte no sexo feminino, salvo nas faixas etárias de 45 a 54 anos (12,0%) e na de 55 a 64 anos (10,6%). Já no sexo masculino, a faixa etária que se enquadra na meta acima estabelecida foi a faixa que abarca dos 18 a 24 anos, apresentando o valor de 7,2%, e os adultos com 65 anos e mais (8,2%).

Para estimular a manutenção do Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e como ponto da Rede de Atenção à Saúde, o Ministério da Saúde prevê o repasse mensal de recursos de custeio para o cofinanciamento das ações. Esses recursos são oriundos do Piso Variável da Vigilância em Saúde (PVVS) e da Atenção Básica (PAB Variável) e são repassados de forma regular, fundo a fundo, às Secretarias Municipais de Saúde.

Até o início de agosto/2016 foram 630 polos habilitados para o custeio, entre similares e construídos, sendo que destes há 449 recebendo custeio pela SAS e 181 pela SVS. Atualmente é

repassado o valor de R\$3.000,00 por mês, tendo como execução orçamentária mensal o valor de R\$1.890.000,00.

As ações referentes às metas para ampliação de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição ou poço ou nascente com canalização interna serão alcançadas no segundo semestre tendo em vista que o processo seletivo encontra-se em fase de cadastramento de propostas pelos proponentes. Tal processo seletivo foi instituído por meio da Portaria FUNASA n.º 654, de 02/09/2016, na qual foram estabelecidos os critérios e procedimentos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros nas ações de implantação, ampliação ou melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água e implantação de Sistemas de Captação e Armazenamento de Água de Chuva em áreas rurais e comunidades tradicionais. O período de cadastramento de propostas encerra-se no dia 05/10/2016. O orçamento disponível no exercício de 2016 é de R\$ 52.320.000, para o qual estima-se o atendimento de cerca de 87 comunidades rurais e 10.400 domicílios.

Para o alcance das demais metas que se referem à ampliação de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários, e à ampliação de domicílios urbanos e rurais que possuem unidades hidrossanitárias, foi publicada no Diário Oficial da União em 22/09/2016 a Portaria FUNASA nº 728, que aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares. O prazo para encaminhamento das propostas encerra-se em 20 dias a contar da data de publicação da portaria. O orçamento disponível no exercício de 2016 é de R\$ 54.400.000, para o qual estima-se o atendimento de cerca de 100 municípios e 4.500 domicílios. Por meio da referida ação orçamentária são realizadas intervenções nos domicílios, com o objetivo de atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações hidrossanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliares. As ações são desenvolvidas em áreas urbanas e rurais.

Objetivo 05. Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.

Este Objetivo orienta a operacionalização da proteção, promoção e recuperação da saúde dos povos indígenas por meio de ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária da população de cada Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, em consonância com as políticas e programas do Sistema Único de Saúde.

Os cuidados preconizados terão como foco a família indígena, cujas necessidades de saúde deverão ser atendidas mediante ações intersetoriais, com vistas a garantir a integralidade na atenção.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar de 76% em 2014 para 85% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo de acordo com o calendário indígena de vacinação	Percentual de crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo	77	75%	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0002 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena)
2. Ampliar de 83% em 2013 para 90% as gestantes indígenas com acesso ao pré-natal	Percentual de gestantes indígenas com acesso ao pré-natal	85	89,15	
3. Alcançar 70% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento	Percentual de crianças com acesso às consultas	50	0	
4. Ampliar de 38,6% em 2014 para 60% a cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática	Percentual da população indígena com primeira consulta odontológica programática realizada	40	7,06%	

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Ampliar de 68% em 2014 para 90% as crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional	Percentual de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pela vig. Alimentar e nutricional	75	34,7% ¹²	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0003 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População
6. Reformar e/ou ampliar 26 Casas de Saúde Indígena (CASAI)	Número de Casai com obras de reforma/ampliação concluída	3	01	
7. Reformar e/ou ampliar 250 sistemas de abastecimentos de água em aldeias	Número de sistemas reformados e/ou ampliados	70	02	2065.7684 – Saneamento básico em aldeias indígenas para a prevenção e controle de agravos
8. Implantar 281 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes	Número de sistema de abastecimento de água implantado	80	05	
9. Implantar em 148 aldeias a destinação final adequada dos dejetos	Número de aldeias com destinação final adequada dos dejetos	45	10	

¹² Diante das constantes alterações em função da qualificação do banco de dados do SIASI, a população de menores de 5 anos, em todos os meses, apresenta um número diferenciado na base populacional. Considerando que isso dificulta o monitoramento, desde maio a área técnica fixou a população em 89.081 crianças.

Informações Adicionais

A ampliação do esquema vacinal completo para as crianças menores de 5 anos, considerando a meta esperada para 2016 (77,0%), a situação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) é:

- 0 (zero) DSEI 0-25%: -
- 03 (três) DSEI 25,1-50%: Amapá e Norte do Pará, Alto Rio Negro e Médio Rio Solimões.
- 09 (nove) DSEI 50,1-76,9%: Altamira, Alto Rio Juruá, Bahia, Guamá-Tocantins, Manaus, Maranhão, Médio Rio Purus, Parintins e Rio Tapajós
- 13 (treze) DSEI = ou >77%: Alto Rio Solimões, Ceará, Interior Sul, Kaiapó-MT, Kaiapó-PA, Litoral Sul, Minas Gerais/ES, Pernambuco, Potiguara, Tocantins, Vale do Javari, Vilhena, Xavante e Xingu.

O acesso ao pré-natal, de acordo com os dados enviados pelas referências técnicas dos 34 DSEI, foi de 89,15% das gestantes em 2014 e 98,09% das gestantes em 2015.

Quanto às consultas preconizadas de acompanhamento de crescimento e desenvolvimento (CD) da criança na saúde indígena, foi elaborado pelo MS um plano de ação para implantação do acompanhamento nos DSEI.

Situação:

- Dezesete (17) DSEI realizaram parcialmente as ações propostas: Altamira, Alto Rio Juruá, Alto Rio Solimões, Cuiabá, Guamá-Tocantins, Interior Sul, Kaiapó Pará, Leste de Roraima, Litoral Sul, Maranhão, Médio Rio Purus, Minas Gerais e Espírito Santo, Potiguara, Rio Tapajós, Tocantins, Vilhena e Xavante;
- Quatorze (14) DSEI não enviaram as informações quanto à implantação do Plano de Desenvolvimento Infantil: Alto Rio Negro, Alto Rio Purus, Amapá e Norte do Pará, Araguaia, Bahia, Ceará, Kaiapó Mato Grosso, Manaus, Mato Grosso do Sul, Parintins, Porto Velho, Vale do Rio Javari, Xingu e Yanomami; e
- Três (3) DSEI realizaram todas as atividades propostas no Plano, são eles: Alagoas e Sergipe, Médio Solimões e Afluentes e Pernambuco.

Não há um módulo específico no Sistema de Informação de Atenção a Saúde Indígena-SIASI para registros do acompanhamento do desenvolvimento infantil, pois se trata de um indicador novo para a saúde indígena e apenas em 2015 os DSEI iniciaram o monitoramento.

Com relação à cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática, considerando dados preliminares referente a 29 DSEI que enviaram informações, foram realizadas 50.840 primeiras consultas odontológicas programáticas, o que permite inferir 7,06% de cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática realizada até agosto de 2016.

Ressalta-se que a informação deve ser analisada com cautela, uma vez que são dados parciais, sujeitos à revisão, e há grande subnotificação no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) referentes a primeiras consulta.

No caso da vigilância alimentar e nutricional, conforme banco de dados nacional do SIASI, até 05 de setembro de 2016, 33 DSEI inseriram os dados de acompanhamento de crianças menores de 5 anos. O DSEI que está com zero de cobertura é o Alto Rio Juruá.

- 3 (Três) DSEI estão com a cobertura <10%, estes são: Médio Rio Solimões e Afluentes, Porto Velho e Xingu
- 6 (Seis) DSEI estão com a cobertura entre 10 a 19,99%, estes são: Amapá, Bahia, Leste de RR, Maranhão, Parintins e Pernambuco

- 9 (Nove) DSEI estão com a cobertura entre 20 a 49,99%, estes são: Alagoas e Sergipe, Alto Rio Negro, Alto Rio Purus, Araguaia, Cuiabá, Int Sul, Lit Sul, Mato Grosso do Sul e Xavante
- 10 (Dez) DSEI estão com a cobertura 50 a 74,99%, estes são: Altamira, Alto Rio Solimões, Guama Tocantins, Manaus, Médio Rio Purus, Rio Tapajós, Tocantins, Vale do Javari, Vilhena e Yanomami
- 5 (Cinco) DSEI estão com a cobertura => 75%, estes são: Ceará, Kayapó/PA, Kayapó/MT, Minas Gerais e Espírito Santo, e Potiguara.

Dessa forma, até agosto de 2016, 34,7% de crianças menores de 05 anos estão com acompanhamento alimentar e nutricional realizado e inserido no SIASI. Diante das constantes alterações em função da qualificação do banco de dados do SIASI, a população de menores de 5 anos, em todos os meses, apresenta um número diferenciado na base populacional. Considerando que isso dificulta o monitoramento, desde maio a área técnica fixou a população em 89.081 crianças.

Das obras de estruturação física para atendimento à saúde indígena, 01 obra de reforma/ ampliação Casa de Saúde Indígena-CASAI foi concluída (CASAI Araguaína), contudo, vale ressaltar que além desta obra, a SESAI também concluiu obras de reforma/ ampliação de 01 Polo Base e de 09 Unidades Básicas de Saúde Indígena-UBSI, assim como a construção de 03 novas Unidade de Apoio ao AIS e AISAN e 05 UBSI.

Com relação ao saneamento básico, 05 novos Sistema de Abastecimento de Água - SAA foram entregues (considerando o corte populacional, conforme meta), porém destaca-se a entrega de mais 04 SAA para comunidades com população inferior a 50 habitantes. Quanto à reforma/ ampliação de SAA, 02 obras foram concluídas. E ainda 10 aldeias foram beneficiadas com obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares-MSD.

Quanto ao Controle Social foram realizadas:

- 02 reuniões do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI), em Brasília (DF);
- 55 Reuniões de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDIS) nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
- 163 Reuniões de Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI) nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
- 15 Capacitações/Formações de Conselheiros Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) para 345 Conselheiros Distritais de Saúde Indígena por DSEI; e
- 32 Capacitações/Formação de Conselheiros Locais de Saúde Indígena para 608 Conselheiros Locais de Saúde Indígena por DSEI.

Objetivo 06. Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Este objetivo envolve iniciativas voltadas para a promoção da pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de produtos indicados na terapêutica médica, com finalidade de potencializar resultados concretos e de melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, concentra esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos em um cenário de garantia da integralidade da atenção.

Resultados esperados na PAS em 2015

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. – Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o "Aqui Tem Farmácia Popular" para pelo menos 83% dos municípios brasileiros que possuam farmácias e drogarias, priorizando os municípios do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Mais Médicos.	Percentual de municípios com farmácias e drogarias credenciadas.	79%	80,53%	2015.20YR - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - GRATUIDADE; 20YS - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - CO - PAGAMENTO
2. Disponibilizar 3,0 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	Fatores VIII e IX disponibilizados	3 UI de Fator VIII e 0,8 UI de Fator IX per capita / ano.	Encontram-se disponibilizados 2,82 UI's Fator VIII e 0,61 UI's Fator IX.	2015.4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas
3. Disponibilizar 100% dos medicamentos e insumos estratégicos adquiridos pelo Ministério da Saúde.	Percentual de medicamentos e insumos estratégicos disponibilizados	100%	97%	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
4. Ampliar para pelo menos 65% a aquisição de medicamentos produzidos pela rede de laboratórios públicos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico selecionadas.	Percentual de medicamentos adquiridos	60%	46%	2015.4368 – Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos; 2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde; e 2015.4705 – Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. – Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Implantar o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) em 70% dos municípios brasileiros.	Percentual de municípios com programa implantado	35%	0	2015.20AH – Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS

Informações Adicionais

A rede do Programa Farmácia Popular possui 34.654 farmácias e drogarias credenciadas no 'Aqui Tem Farmácia Popular' e 520 unidades da Rede Própria, totalizando 35.174 farmácias no Programa, presentes em 4.485 municípios brasileiros, dos quais 1.656 foram mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria e 3.128 receberam profissionais do Programa Mais Médicos.

De janeiro a agosto de 2016, houve ampliação da rede credenciada do Programa Farmácia Popular em 21 novos municípios, passando de 4.464 em dezembro de 2015 para 4.485 municípios em agosto de 2016, ou seja, está presente em 80,53% dos municípios brasileiros. Portanto, atingiu 100% da meta prevista para o ano de 2016.

Outros avanços se deram nos demais eixos com a pactuação e publicação da portaria n.957, em 10 de maio de 2016, que estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda no âmbito do eixo informação, destaca-se a Pesquisa Nacional de Acesso e Uso Racional de Medicamentos (PNAUM), com a publicação de quatro cadernos contendo metodologia, instrumentos utilizados na pesquisa e resultados. No eixo educação também foram dados alguns grandes passos com a disponibilização de ofertas de capacitação à distância e presenciais somando mais de 9.000 profissionais capacitados até 2016. No eixo cuidado foram concluídas etapas de modelagem nos municípios de Curitiba-PR, Betim e Lagoa Santa-MG e Recife-PE, tendo vários pontos de atenção envolvidos na produção do cuidado. Pretende-se publicar ainda este ano dez cadernos contendo metodologia e resultados dos projetos de cuidado farmacêutico desenvolvido nestes municípios.

Objetivo 07. Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.

As metas deste objetivo possibilitarão a geração de evidências e conhecimentos científicos para orientar as políticas públicas de saúde e a tomada de decisão por parte dos gestores, contribuindo para a sustentabilidade do SUS, o desenvolvimento do País, melhoria da qualidade de vida da população, e para o fortalecimento do papel do estado para o enfrentamento das iniquidades no acesso da população a bens e serviços em saúde e garantia da cidadania plena.

A implementação das propostas deste objetivo se desenvolvem em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar de 1 para 9 o número de internalizações de tecnologias no SUS, produzidas por meio de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).	Número de tecnologias internalizadas	2	0	Não se aplica
2. Implementar o Acordo de Compensação Tecnológica (ACT), incluindo a construção de fábrica de aceleradores lineares, no âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS).	Percentual de ACT implementado	8%	3%	Não se aplica
3. Desenvolver e/ou absorver através de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) 8 novos medicamentos.	Número de medicamentos desenvolvidos e/ou absorvidos	2	0	2015.2522 – Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
4. Ampliar de 13 para pelo menos 18 o número de parques produtivos apoiados por meio do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS).	Número de parques produtivos apoiados	14	20	2055.8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde; 2055.20K7 - Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Fomentar pesquisas científicas, tecnológicas e a inovação voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e para o aprimoramento dos mecanismos e ferramentas de gestão, regulação e atenção à saúde no âmbito do SUS.	Número de pesquisas fomentadas	350	10	2015.6146 – Pesquisa em saúde e avaliação de novas tecnologias para o SUS; 2015.2B42 - Cooperação Téc. Nac. e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde
6. Iniciar pelo menos 4 projetos de parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), no âmbito das novas parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).	Número de projetos de parcerias iniciados	1	0	Não se aplica
7. Realizar 465 pesquisas na área de meio ambiente e medicina tropical.	Número de pesquisas iniciadas	350	397	2015.20QF – Pesquisas, ensino e inovações tecnológicas biomédicas e em medicina tropical e meio ambiente
8. Elaborar e/ou revisar 50 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para a produção do cuidado em saúde.	Número de protocolos elaborados e/ou revisados	18	14	2015.20K3 – Qualificar a incorporação de tecnologias de saúde no âmbito do SUS
9. Disponibilizar 220 mil litros anuais de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados pela Hemobrás.	Litro de plasma disponibilizado	120.000	66.114	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
10. Executar 75% do processo de transferência de tecnologia dos hemoderivados, visando a produção pela Hemobrás.	Percentual de transferência de tecnologia executada	50%	23,49	2015.146V – Aquisição de Equipamentos para o Desenvolvimento e Incorporação de Processos e Produtos Hemoderivados e Biotecnológicos

Informações Adicionais

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) envolvem a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do país em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. Atualmente, estão vigentes 81 PDP, sendo que 05 correspondem a PDP de pesquisa e desenvolvimento de 04 medicamentos e 01 produto para saúde; 51 encontram-se em fase II (projeto de PDP), sendo 01 de vacina, 38 de medicamentos e 13 de produtos para saúde; e 25 em fase III (PDP), sendo 03 de vacinas, 20 de medicamentos e 01 de produto para saúde. Em 2014, foi concluída a internalização da Vacina Influenza, resultado do projeto de transferência de tecnologia com o Butantan. Das parcerias que se encontram na fase III, cinco têm o prazo de vigência da PDP para encerramento em 2016, devendo a tecnologia ser internalizada neste período:

1) Clozapina/LAFEPE (vigência: 06/01/16) – em estágio de comprovação da internalização da tecnologia;

2) Tenofovir/FUNED (vigência: 13/05/2016) – foi solicitada prorrogação de prazo pela Funed para a Comissão Técnica de Avaliação (CTA) e Comitê Deliberativo (CD). Em primeira análise a prorrogação de prazo solicitada não foi atendida e foi realizado encaminhamento de ajuste do cronograma pela Funed para os 5 anos previstos no projeto original. Ainda, a Funed encaminhou manifestação contrária a esta determinação que deverá ser analisada na próxima reunião da CTA/CD;

3) Quetiapina/LAFEPE (vigência: 28/10/2016) – o Lafepe deverá finalizar a internalização da tecnologia em outubro de 2016;

4) Tenofovir/LAFEPE (vigência: 22/11/2016) - o Lafepe solicitou suspensão da parceria a ser avaliada pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA).

5) Tacrolimo/FARMANGUINHOS (vigência: 16/12/2016) - Farmanguinhos solicitou prorrogação da vigência a ser avaliada pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA).

Portanto, a justificativa para não realização da meta refere-se ao andamento de cinco PDP com prazo de vigência a encerrar em 2016 (conclusão da internalização da tecnologia).

O Acordo de Compensação Tecnológica (ACT), firmado em junho de 2015, será implementado por meio da instalação de uma linha de produção de aceleradores lineares no Brasil e tem como objetivo principal abastecer o mercado nacional. Essa compensação será realizada por meio da prática de *Offset*, que já vem sendo adotada por muitos países como instrumento capaz de criar alternativas comerciais que possibilitem maior inserção internacional e também como forma de buscar o fortalecimento tecnológico e o desenvolvimento industrial. O ACT é composto de quatro eixos principais (Projeto de Implementação da Compensação Tecnológica – PIC), sendo eles:

1) Linha de produção (PIC 1): instalação de planta fabril com capacidade de produção para atender demanda nacional com equipamentos iguais ou superiores aos 80 já adquiridos, atendendo ao índice de nacionalização (regra de origem). A escolha do local foi realizada e a obra iniciada (terraplanagem concluída), portanto o cronograma está sendo cumprido. O início da construção representa 30% do projeto;

2) Qualificação de fornecedores (PIC 2): seleção de fornecedores brasileiros que receberão a Compensação Tecnológica (Transferência de conhecimentos, tecnologia e qualificação da produção) para fabricação de partes, peças, acessórios e componentes integrantes do acelerador linear. A empresa Varian (empresa contratada para implementação das 80 soluções e celebrante do Acordo de Compensação Tecnológica) identificou alguns fornecedores, no entanto não apresentou Plano de Metas e o trabalho de identificação precisa ser aprimorado. Considerando que o cronograma foi parcialmente cumprido, a recomendação de negociação com a empresa para envolvimento de parceiros na

identificação e qualificação de fornecedores foi realizada e encontra-se em curso a articulação com os parceiros Confederação Nacional da Indústria/Instituto Euvaldo Lodi (CNI/IEL) e Sebrae Nacional. A identificação de fornecedores representa 20% de cumprimento do projeto;

3) Produção e desenvolvimento de software (PIC 3): Transferência de tecnologia para desenvolvimento de softwares envolvendo Planejamento 3D, Software embarcado; EPID – *electronic portal imaging device*. O cronograma encontra-se atrasado, entretanto, a minuta de edital de chamada pública já foi elaborada e aprovada pela direção do Decis e pela empresa Varian e deverá ser divulgada na próxima reunião do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) para posterior publicação. A chamada pública e a seleção dos ICTs correspondem a 30% do projeto e não foram alcançadas;

4) Qualificação de profissionais (PIC 4): implantação de centro de treinamento em conjunto com a Instituição Científica e Tecnológica (ICT) brasileira. A implantação de centro de treinamento encontra-se em construção conjuntamente com a fábrica cuja previsão de conclusão da obra é dezembro de 2017 com início das operações em fevereiro de 2018. A conclusão da construção equivalerá a 25% do projeto.

Ainda com relação ao ACT, o percentual de 3% previsto para primeiro semestre de 2016 foi alcançado. Os 5% restantes para o segundo semestre, serão alcançados com a realização do Chamamento Público e seleção de ICTs.

O Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) visa à implementação de ações voltadas para o fortalecimento dos Produtores Públicos e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), essenciais para a operacionalização das estratégias de fortalecimento do Complexo Produtivo de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. A dotação do PROCIS para 2016 foi da ordem de R\$ 137.526.200. Até agosto do corrente ano foram contemplados 38 projetos de 7 produtores públicos e 13 instituições científicas tecnológicas, totalizando, até o presente momento, 20 instituições apoiadas no âmbito do PROCIS, contemplando a meta física prevista. No que se refere aos projetos no âmbito do PROCIS em 2016, destacam-se novas propostas de projetos foram cadastradas nos sistemas do Fundo Nacional de Saúde.

Quanto às parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), com base nos critérios e diretrizes da Portaria nº 2.531/2014, estão vigentes 05 projetos de parceria de P,D&I. Entretanto, foi solicitado pelas instituições públicas o enquadramento destes projetos como projetos de PDP. Para atender a meta de estabelecimento de 4 projetos de P,D&I é necessário o estabelecimento do novo instrumento regulatório para os projetos de P,D&I. Dessa forma, foi proposta a elaboração de uma portaria que defina as diretrizes e os critérios para o estabelecimento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este instrumento definirá os parâmetros que permitirão o estabelecimento de novos projetos de parcerias de P&D. A partir da sua publicação, poderão ser definidos os prazos para submissão de propostas de projetos para esta modalidade de parceria. Entretanto, necessita-se a retomada das discussões do grupo de trabalho responsável pela elaboração da minuta de Portaria.

Para 2016, no âmbito da incorporação de tecnologias, foi prevista a elaboração e/ou revisão de 18 Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), entre esses, 14 já foram publicados: PCDT de Aplasia Pura da Série Vermelha; PCDT de Anemia Aplástica, Mielodisplasias e Neutropenias Constitucionais; PCDT de Insuficiência Pancreática Exócrina; PCDT de Transtorno Afetivo Bipolar; PCDT de Hipoparatiroidismo; PCDT de Raquitismo e Osteomalácia; Diretriz de Rastreamento do Câncer do Colo do Útero, Diretriz Diagnóstica e Terapêutica do Adenocarcinoma de Próstata, Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação Cesariana, PCDT da Acromegalia, PCDT do Angioedema associado à deficiência de C1 esterase (C1-INH), PCDT da Endometriose; Protocolo de Uso da Zidovudina para

tratamento do Adulto com Leucemia, PCDT de Linfoma Associação ao Vírus HTLV-1 e Protocolo de uso de marca-passos cardíacos implantáveis e resincronizadores.

Foram realizadas várias ações no ano de 2016 visando atender o disposto na Lei nº 12.401, como a continuidade de projetos com instituições parceiras que preveem suporte técnico e financeiro para a atualização e elaboração de outros PCDT do Ministério da Saúde nas mais diversas temáticas. Além disso, a Subcomissão Técnica de Avaliação de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas tem acompanhado durante todo o ano as atividades relativas à elaboração, revisão e atualização dos PCDT e Diretrizes Clínicas, tendo realizado todas as reuniões ordinárias mensais previstas em 2016, além de uma reunião extraordinária. O trabalho dessa Subcomissão visa a garantir o atendimento aos requisitos técnico científicos necessários a esses documentos. Foi publicada também a Portaria SCTIE/MS nº 18/2016, que aprova a Diretriz Metodológica para Elaboração de Diretrizes Clínicas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. A Diretriz tem por objetivo principal oferecer um padrão de métodos para elaboração, adaptação e avaliação da qualidade de diretrizes clínicas e servir como instrumento de apoio para a elaboração e implementação de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, sejam de abrangência nacional - do Ministério da Saúde - ou desenvolvidas por qualquer instância ou serviço de saúde. O público-alvo são profissionais de saúde, gestores de saúde e demais envolvidos direta ou indiretamente na elaboração ou implementação de diretrizes clínicas.

As ações de fomento à pesquisa em saúde ocorrem de três formas: fomento nacional, fomento descentralizado e contratação direta. De janeiro a agosto de 2016 foram realizadas ações nas três modalidades.

Diante da gravidade do problema de microcefalia e sua associação com o vírus zika, o MS articulou o lançamento de uma chamada pública na modalidade de fomento nacional em parceria com o CNPq/MCTIC e CAPES/MEC, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa com foco especial na prevenção, diagnóstico e tratamento da infecção pelo vírus zika e doenças correlacionadas, e no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. O edital atende aos objetivos do eixo de 'Desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa' do 'Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes aegypti* e suas consequências', articulado pelo Governo Federal diante da necessidade de resposta imediata à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em função da alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil (Portaria GM/MS nº 1.813/2015).

A Chamada recebeu ao todo 530 propostas, distribuídas em 9 linhas temáticas. A divulgação do resultado será realizada no dia 4 de outubro e o início das contratações está previsto para o último trimestre de 2016.

Na modalidade fomento descentralizado é realizado o Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS). O PPSUS financia pesquisas que refletem as necessidades de saúde de cada unidade federativa (UF), reduzindo as desigualdades regionais e promovendo a aproximação entre os sistemas de saúde e os sistemas de ciência, tecnologia e inovação locais. Em 2015, foi lançada a 6ª edição do programa, para a qual foram pactuados recursos com 23 UF. No mesmo ano foram firmados convênios com 10 UF e, em 2016, serão estabelecidos os convênios com as demais UF para o lançamento de chamadas públicas e contratação de projetos de pesquisa selecionados em temas prioritários. Entre janeiro e agosto de 2016 foram realizados 5 processos de julgamentos de chamadas referentes aos estados de Santa Catarina, Piauí, Maranhão, Amapá e Alagoas; 2 Seminários Marco Zero, para avaliação dos projetos em fase de seleção, nos estados de Piauí e Espírito Santo; e 1 lançamento de chamada no estado de Rondônia.

Além das ações mencionadas, no período foram contratados diretamente 10 projetos estratégicos em diferentes temas, destacando-se projetos em doenças negligenciadas como a leishmaniose, estudos prioritários em zika, projetos que abordam novas tecnologias para controle de vetor (*Aedes*) e projetos para o fortalecimento científico, tecnológico e de inovação em saúde.

Com relação à meta de desenvolvimento e absorção, através de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP), 8 novos medicamentos, convém ressaltar que o processo para o desenvolvimento e absorção de uma PDP é longo, englobando diversas etapas. Nesse período, há a análise da ANVISA e orientação do MS. Das 8 PDP, 3 estão paralisadas aguardando retorno do MS (*Lopinavir 200mg + Ritonavir 50mg*, *Lopinavir 100mg + Ritonavir 25mg* e *Docetaxel*) e 2 (*Triplivir* e *Budesonida+Formoterol*) aguardando retorno da Anvisa. As demais estão na etapa de discussão da transferência de metodologia analítica.

Em relação à disponibilização de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados, até agosto de 2016, foram recolhidas 300.520 bolsas de plasma para o estoque da Hemobrás, o que corresponde a aproximadamente 66.114 litros. Não houve recolhimento nos meses de fevereiro a abril, por motivos técnicos da empresa contratada para execução deste serviço.

Apesar do baixo desempenho em relação à meta de 120.000 litros, este indicador não reflete a quantidade de plasma disponível para fracionamento industrial, pois é necessário considerar a quantidade de plasma em estoque.

Dessa forma, ressaltamos que o estoque da Hemobrás fechou o segundo quadrimestre de 2016 em 292.749,6 litros de plasma armazenados. Apesar de o indicador utilizado não demonstrar isso, a Hemobrás já tem em estoque volume de plasma suficiente para fracionamento superior à meta estipulada. Atualmente o desafio da Empresa não é recolher mais plasma, mas sim dar vazão ao plasma estocado.

O atual volume estocado é superior à capacidade da câmara fria da empresa, o que levou a contratação de uma câmara fria terceirizada com capacidade para aproximadamente 440.000 litros, gerando aumento de despesas para a instituição.

Esse acúmulo de estoque foi causado por um desequilíbrio entre o recolhimento e as exportações de plasma para fracionamento industrial. Atualmente, a empresa trabalha para reequilibrar esse fluxo de forma a eliminar a utilização de câmara fria terceirizada.

Os pontos críticos encontrados para reequilibrar o estoque de plasma são:

- Insuficiência na triagem de plasma;
- Necessidade de contratação de um novo fracionador;
- Adequação da coleta de plasma.

Em relação ao processo de transferência de tecnologia, este se encontra suspenso devido à necessidade de maiores avanços na execução da obra para sua retomada. Dessa forma, não houve avanço em relação ao primeiro quadrimestre. O percentual de desenvolvimento se encontra em 23,49% de execução. O desempenho abaixo da meta é reflexo direto da baixa execução das obras da fábrica. Nesse contexto, a empresa está concentrando esforços para melhorar o ritmo de execução da obra.

Objetivo 08. Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

A necessidade de respostas às exigências sociais e políticas geradas pela expansão do mercado de consumo e a diversificação dos produtos e serviços ofertados tornam as práticas de Vigilância Sanitária relevantes para a proteção da saúde e eliminação de riscos sanitários.

Reduzir os riscos e agravos à saúde da população brasileira requer esforços não apenas do setor saúde, mas a execução de um conjunto de ações interministeriais que transcende o escopo da esfera federal, envolvendo as três esferas de governo consoante as suas respectivas responsabilidades.

Para aperfeiçoar a ação estatal frente a esse cenário, serão desenvolvidos sucessivos movimentos de revisão da atuação regulatória em produtos, serviços e ambientes para aprimorar os efeitos sobre a prevenção e controle dos riscos à saúde.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Alcançar o patamar de 86,5% para as notificações de reações transfusionais concluídas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.	Percentual de notificações de RT concluídas	85	59,8 ¹³	2015.8719 – Vigilância Sanitária de produtos, serviços e ambientes, tecidos, células e órgãos humanos.
2. Reduzir o prazo médio da primeira manifestação para o registro de medicamentos genéricos inéditos para até 60 dias.	Tempo médio (dias) da primeira manifestação para registro de medicamento genérico	60	34,7	
3. Aumentar para 60% a proporção dos atos normativos publicados pela Anvisa resultantes de sua Agenda Regulatória.	Percentual de atos normativos publicados	45	66,7%	

¹³ A redução de 86,5% para 59,8% é devido a mudanças ocorridas em processos de trabalho, e que estão em fase de adequação, o que ocasionou a velocidade diferente em relação ao resultado do primeiro monitoramento.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
4. Implementar em 10 Vigilâncias Sanitárias, estaduais e municipais, os procedimentos harmonizados em nível tripartite, visando o atendimento aos padrões internacionais de referência.	VISA estadual e municipal com procedimentos harmonizados	4	0	2015.8719 – Vigilância Sanitária de produtos, serviços e ambientes, tecidos, células e órgãos humanos.
5. Reavaliar 11 ingredientes ativos de produtos agrotóxicos já registrados, considerando novos indícios de risco à saúde humana.	Número de ingredientes ativos reavaliados	6	2	

Informações Adicionais

Foram recebidas 8.526 notificações de reações transfusionais no Notivisa no período de 01/01 a 31/08/2016. Destas, 5.095 tiveram suas análises concluídas até dia 31/08/2016, representando 59,8% das notificações recebidas no período. A maioria das notificações dos dois primeiros quadrimestres foram concluídas por profissionais de vigilância sanitária de estados e municípios, evidenciando aumento da descentralização da ação de monitoramento das notificações de hemovigilância no Notivisa por alguns entes federados, mas não está sendo feita de forma homogênea nas diferentes Unidades da Federação, necessitando da interferência da ANVISA de forma que possamos atingir a meta de 85% na conclusão destes eventos.

Para o registro de medicamentos genéricos, no âmbito do Plano Plurianual – PPA, o objetivo de aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor da Saúde desdobra-se nas metas de (1) prazo médio para a primeira manifestação da Anvisa para o registro de medicamentos genéricos inéditos para até 60 (sessenta) dias após a concessão de priorização de análise e (2) prazo médio para primeira manifestação em até 45 (quarenta e cinco) dias para medicamentos estratégicos para o Ministério da Saúde destinados ao tratamento de doenças raras (órfãs) e negligenciadas que fazem parte de programas estratégicos de governo, e vacinas que integram o calendário do Programa Nacional de Imunização – PNI.

Objetivo 09. Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.

Este objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir, de forma complementar, para o atendimento das necessidades de saúde do país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar com o equilíbrio dos atores do setor privado, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Os pilares da regulação da participação privada na oferta de serviços de saúde foram caracterizados tendo por base o modelo assistencial; a informação ao cidadão; a sustentabilidade do setor e a articulação com o SUS.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
Disponibilizar para 100% dos beneficiários com o Cartão Nacional de Saúde o Registro Individualizado de Saúde.	Percentual de beneficiários com o Registro Individualizado de Saúde disponibilizado	25	0	2015.4339 - Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar; 2015.8727 – Aperfeiçoamento do sistema de informação para saúde suplementar
Alcançar o patamar de 70% no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar.	Percentual do IDSS alcançado	65	Em apuração	
Estimular a adesão ao Plano Nascer Saudável e a novos modelos assistenciais, visando à redução anual de parto cesariano nos serviços ofertados pela saúde suplementar.	Percentual de adesão ao Plano Nascer Saudável alcançado	25	0	2015.4339 - Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar

Informações Adicionais

Foi realizada a divulgação, em 20/06/2016, do resultado preliminar do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar - IDSS, referente ao ano base 2015. Os resultados foram divulgados apenas para as operadoras, em área restrita do site. As operadoras encaminharam seus questionamentos no período de 20/06/2016 a 04/07/2016. A expectativa é de divulgação dos resultados à sociedade no próximo quadrimestre, com as análises preliminares apontando para o cumprimento da meta.

Está em andamento o Projeto Parto Adequado decorrente do Acordo de Cooperação assinado entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Hospital Israelita Albert Einstein e o Institute for Healthcare Improvement (IHI) com o apoio do Ministério da Saúde. A iniciativa tem o objetivo de identificar modelos inovadores e viáveis de atenção ao parto e nascimento, que valorizem o parto normal e reduzam o percentual de cesarianas desnecessárias na saúde suplementar. A adesão ao projeto foi de 42 instituições privadas, que manifestaram interesse em aderir ao projeto, o dobro do número de vagas inicialmente oferecidas, que era de 20. Atualmente participam da iniciativa, 34 Hospitais, sendo 4 hospitais SUS. Dentre as operadoras que formalizaram termo de apoio ao Projeto Parto Adequado, 18 cumpriram os requisitos para permanecer como Operadora Apoiadora e irão receber a pontuação base correspondente no Programa de Qualificação, ou seja, a adesão a novos modelos assistenciais chega a 100% na fase de projeto piloto Parto Adequado. Os hospitais participantes alcançaram uma média de 37,5% de partos normais entre o público-alvo das medidas. Os resultados individuais revelam que quase 90% dos hospitais conseguiram aumentar o percentual de partos vaginais e mais da metade deles atingiram ou superaram o índice de 40% de partos normais cinco meses antes do término da fase piloto.

No período, foi realizada a validação do banco de eventos de atenção à saúde a partir dos dados dos beneficiários enviados pelas operadoras de planos privados. A rotina de avaliação da qualidade da base de dados da ANS que contém eventos de atenção à saúde dos beneficiários será disponibilizada para execução das primeiras avaliações de qualidade. Foram identificados cerca de 35 milhões de números de Cartão Nacional de Saúde (CNS) distintos na base de dados do TISS.

Foi estabelecido junto ao MS que o envio dos dados dos beneficiários de planos de saúde será em conformidade com a estrutura do Conjunto Mínimo de Dados (CMD) que está em construção no MS. A ANS e MS estão trabalhando nos ajustes da estrutura do CMD e nas regras de negócio que devem ser aplicadas aos dados da Saúde Suplementar.

Objetivo 10. Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na adequação aos processos de trabalho e qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho do SUS, em especial por meio da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para a qualificação profissional e para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, bem como da desprecarização do trabalho, seja em seus vínculos empregatícios, como para a obtenção de condições satisfatórias para o exercício das funções dos profissionais de saúde.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Alcançar 38.500 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência.	Número de bolsistas beneficiados	7.000	7.571	2015.20YD – Educação e Formação em Saúde
2. Qualificar 380.000 profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários.	Número de profissionais e gestores de saúde qualificados	65.000	85.286	2015.20YD – Educação e Formação em Saúde
3. Realizar espaços de diálogo e formação com 100 parteiras de comunidades quilombolas, incluindo a distribuição de 100 kits para parteiras tradicionais e realizar 2 seminários envolvendo comunidades quilombolas, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.	Número de parteiras atuando em comunidades quilombolas	25	0	2015.6175 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher
4. Promover a realização de experiências na realidade do SUS (VER-SUS) para 10 mil jovens a fim de que conheçam e reflitam sobre experiências concretas de implementação do SUS com o objetivo de atuarem para a mudança da formação, atenção, gestão e participação no e para o SUS nos locais em que vivem, se cuidam, estudam e trabalham.	Número de Jovens beneficiados	2.500	2.939	2015.20YD – Educação e Formação em Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Envolver 5 mil jovens em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde) a fim de que estudem, pratiquem e pesquisam ações de qualificação da educação em saúde, dos serviços de saúde e atuem em processo de transformação da graduação em saúde orientados pelas Diretrizes Curriculares e às necessidades da população brasileira e do SUS.	Número de Jovens beneficiados	1.250	2.455	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde
6. Garantir a formação técnica e processos de qualificação para que pelo menos 20 mil jovens possam se tornar e se qualificar como profissionais de saúde.	Número de Jovens beneficiados	5.000	0	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde

Informações Adicionais

Em relação ao Pró-Residência, nos meses de janeiro a agosto de 2016, foram beneficiados 4.993 novos residentes para a Residência Médica e para a Residência Multiprofissional tivemos 2.578 novos residentes, totalizando 7.571 bolsas. Em agosto de 2016 existem 15.842 Residentes com bolsas pagas pelo Ministério da Saúde.

Em agosto, foram matriculados na plataforma AVASUS 10.604 profissionais e gestores e 7.393 formaram em cursos disponibilizados nesta plataforma. Já na plataforma UNASUS, neste mesmo período, foram matriculados 31.357 alunos e 10.064 formaram, em agosto, nos cursos disponibilizados nesta plataforma. Totalizando assim, 17.457 profissionais e gestores formados em agosto, em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários. Total do período de janeiro a agosto: 85.286.

Foi firmado convênio a Universidade do Estado da Bahia (nº 792151/2013), cujos objetivos incluem a promoção de 3 Encontros para trocas de saberes e práticas, no cuidado com gestantes e recém-nascido, entre 100 parteiras Quilombolas e 60 profissionais de saúde que atuam em áreas de Quilombo. E realizará dois Seminários Regionais de articulação das ações para a qualificação da assistência ao pré-natal e parto, de acordo com a estratégia da Rede Cegonha. Foram realizadas 2 reuniões preparatórias com gestores(as) e profissionais do Estado da Bahia, com o objetivo de definir estratégias de trabalho e contribuir com a mobilização para realização do Encontro de Trocas de Saberes nesse estado.

E para promover ações que contribuam para a atenção integral à saúde e à qualidade de vida dos jovens, foram incluídas metas para a população jovem, a destacar:

Para o ano de 2016 está previsto o envolvimento de 2.500 jovens nas experiências na realidade do SUS (VER-SUS). A edição de inverno se iniciou em agosto e deverá ocorrer até dezembro de 2016, com parceria entre Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS e Rede Unida. Foram selecionados 24 projetos de Vivências no SUS nas 5 regiões do país e 15 projetos de apoio a realização de Seminários para municípios das regiões NE, CO, S, e SE. As inscrições para os viventes começaram no final de julho e as vivências em agosto. Os seminários ocorrerão a partir de setembro e se estenderão até dezembro.

Ainda em 2016 está previsto o envolvimento de 1.250 jovens em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde). Em agosto seguimos no apoio aos projetos no desenvolvimento das ações propostas por meio de contatos via e-mail e telefone. Em agosto havia 1.099 estudantes bolsistas e 1.346 voluntários cadastrados no sistema, totalizando 2.445 estudantes.

Em agosto o Ministério da Educação - MEC iniciou a pactuação de vagas, encaminhando ao MS o “mapa de demandas” para ser preenchido com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). O MS solicitou ao MEC a criação da modalidade Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC SAÚDE e preencheu o referido mapa com os cursos, quantidades e municípios que serão disponibilizados pelo PRONATEC SAÚDE, baseado na demanda de cursos informada pelas Escolas Técnicas do SUS e no Plano Plurianual, que totalizou 87.988 vagas. O MEC criou a modalidade PRONATEC SAÚDE e disponibilizou 5.000 vagas para serem ofertadas em duas outras modalidades: PRONATEC Mulheres Mil e PRONATEC Sistema Prisional – Regime Fechado, além das solicitadas pelo MS. Consolidadas as vagas de todos os parceiros demandantes, pelo MEC, o MS foi contemplado com 5.000 vagas para os cursos de Agente Comunitário de Saúde (ACS), Agente de Combate às Endemias (ACE), Auxiliar de Saúde Bucal (ASB), Auxiliar de Imobilização Ortopédica, Cuidador de Idoso, Higienista de Serviços de Saúde e Recepcionista em Serviços de Saúde, bem como 3.500 vagas para o PRONATEC Mulheres Mil para os Cursos de ACS, ACE, Higienista de Serviços de Saúde e Recepcionista em Serviços de Saúde, totalizando 8.500 vagas. A previsão do MEC para inicialização dos cursos é outubro de 2016.

Objetivo 11. Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

O objetivo tem por finalidade aperfeiçoar o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, em especial a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão, a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Contempla intervenções voltadas à sustentação dos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do SUS nas três esferas de governo.

A operacionalização dessas intervenções conta com ações de capacitação de lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS; de fortalecimento de instâncias de controle social, em especial os conselhos de saúde; de fortalecimento do processo de ausculta social por meio da manutenção de canais de atendimento ao cidadão, como o Disque Saúde 136, o Formulário WEB, a ampliação do número de ouvidorias do SUS, do apoio às ouvidorias descentralizadas do SUS já existentes; e, ainda, por meio de execução de ações de ouvidoria como Carta SUS e Ouvidoria Itinerante, que dentre outras buscam a qualificação das atividades desenvolvidas pelas ouvidorias do SUS.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Capacitar 80.000 lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS.	Número de pessoas capacitadas	20.000	11.269	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade
2. Ampliar em 20% o número de ouvidorias do SUS.	Número de ouvidorias implantadas	5% (82)	1,89% (31)	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde. (PO 0002).

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
3. Implantar 20 comitês de políticas de promoção de equidade em saúde para populações em situação de vulnerabilidade social.	Número de comitês implantados	5	2	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).

Informações Adicionais

Em relação às ações para capacitação de lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS foram realizadas com o apoio do Departamento de Apoio à Gestão Participativa - DAGEP as seguintes capacitações nos dois primeiros quadrimestres de 2016:

CAMPO E FLORESTA: Com relação à ação “Coordenar o Projeto Educação em Saúde do Trabalhador da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadores em Participação na Gestão do SUS”, o número de pescadores capacitados entre janeiro e agosto de 2016 foi 39 em Remanso (BA), 46 em Olinda (PE), 37 em Natal (RN), totalizando 122 pescadores.

Por meio do “Módulo Educacional EAD sobre a saúde das populações do campo, floresta e águas” registrou-se até agosto de 2016 o total de 17.237 matrículas, sendo capacitados 4.485 multiplicadores (1.624 de janeiro a julho e 2.861 até final de agosto).

POPULAÇÃO NEGRA: Foram matriculados, no período de 22 de outubro de 2014 a 18 de abril de 2016, 17.380 participantes no Módulo Educacional EAD da Saúde da População Negra que resultou na certificação de 1.735 pessoas. Destes, 282 foram certificados no período de janeiro a agosto de 2016 (na Plataforma UNASUS).

POPULAÇÃO LGBT: O Módulo Educacional EAD da saúde da população LGBT registrou no ano de 2016 na plataforma UNASUS o total de 10.848 matrículas, sendo capacitados 3.563.

Vale ressaltar que o referido curso está disponível também na plataforma AVASUS; desde junho de 2016 até o final de agosto, 683 pessoas foram matriculadas e 477 concluíram o curso.

Além disso, o MS concluiu a capacitação de 2.340 multiplicadores em promoção de políticas de equidades. Sendo assim, alcançou-se o quantitativo de 11.269 capacitações no período.

No que se refere à ampliação do número de ouvidorias do SUS, no período de janeiro a agosto de 2016 foram implantados 31 novos serviços. O apoio à implantação se dá por meio da realização de ações de sensibilização, capacitação, reuniões técnicas, orientações, apresentação e aprovação de plano de ação de modo a viabilizar a implantação da Ouvidoria, disponibilizando ainda o sistema OuvidorSUS (sistema eletrônico especializado para a execução de atividades de ouvidoria - tratamento de demandas). Encontra-se em andamento estudos sobre os apoios a serem ofertados às secretarias estaduais e municipais de saúde de modo a qualificar as ouvidorias existentes e estimular a implantação de novos serviços ou a reativação de ouvidorias descontinuadas.

Quanto à Estratégia Carta SUS, no período janeiro a maio de 2016 foram enviadas 4.964.902 cartas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais/unidades de saúde públicas ou conveniados com o SUS. O envio das cartas foi suspenso a partir de junho de 2016, em razão da realização de estudo com vistas à reestruturação da estratégia Carta SUS (incorporação dos meios eletrônicos - Portal de Saúde do Cidadão e aplicativo móvel vinculado ao Cartão Nacional de Saúde), dentre outros meios que busquem qualificar a estratégia, assim como diminuir os gastos com a produção e envio das cartas.

O Projeto para Acreditação das Ouvidorias do SUS, que é desenvolvido em parceria do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS - DOGES com o Departamento de Ciências Sociais - DCS/ENSP/FIOCRUZ, concluiu sua primeira etapa, que consistiu na construção do Referencial de Qualidade - RQ para implementação do sistema de acreditação e na produção do manual. Foi dado início à segunda etapa por meio da realização da Oficina de Acreditação e Qualificação das Ouvidorias do SUS e Testagem do RQ, que ocorreu em São Paulo no período de 24 a 26 de agosto, realizando debates sobre Acreditação de Ouvidorias do SUS junto às ouvidorias do estado de São Paulo, além de

realizar procedimentos de avaliação externa junto à Ouvidoria do município de São Paulo com vistas à verificação de pertinência e aprofundamento dos padrões de referência criados na primeira etapa do projeto, que provocou a discussão dos resultados da avaliação, assim como o aprimoramento de parte dos instrumentos utilizados.

Com relação às pesquisas, o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS continua realizando entrevistas visando qualificar o atendimento prestado às mulheres que realizaram partos pelo SUS, deste modo, até agosto de 2016, foram aplicados 71.641 questionários da pesquisa Rede Cegonha. Além da Rede Cegonha, foram realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS em 2016 mais 16 pesquisas e contatos para avaliação e monitoramento das ações e programas do Ministério da Saúde, resultando 108.293 contatos e questionários aplicados.

Em relação à implantação de comitês de políticas de promoção de equidade em saúde para populações em situação de vulnerabilidade social, foram implantados até o momento dois (2) Comitês Técnicos de Educação Popular e de Promoção da Equidade em Saúde, sendo um municipal (Fortaleza) e um estadual (Paraíba).

Objetivo 12. Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada, hierarquizada, e participativa, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Isso requer da administração pública a adoção de mecanismos que permitam aos entes autônomos se organizarem de modo a executar uma gestão regionalizada e compartilhada.

Esse objetivo envolverá a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS; o apoio do Gestor Federal aos entes federados para que todos tenham Fundos de Saúde instituídos e Conselhos de Saúde legalmente constituídos e em funcionamento, com respectivos Planos de Saúde aprovados e integrados entre as três esferas no SUS; e a revisão e implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Apoiar os Estados, Municípios e Distrito Federal para que 100% dos Fundos de Saúde sejam instituídos por Lei e estejam em funcionamento.	Unidade da federação apoiada	100%	100% dos Fundos de Saúde estão instituídos e em funcionamento	2015.2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.
2. Implantar o e-Saúde no Brasil, com destaque para o Registro Eletrônico em Saúde (RES) e para os Centros de Inteligência para suporte às decisões dos gestores públicos e decisões clínicas dos profissionais de saúde.	Sistema implantado	Não se aplica	Em andamento.	2015.20YN – Sistemas de tecnologia de informação e comunicação para a saúde (e-Saúde)
3. Implantar o Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde em 60% das regiões de saúde.	Percentual de regiões de saúde com COAP implantado	10%	5,93% (26) ¹⁴	2015.8287 – Aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa e da gestão compartilhada do SUS

¹⁴ Os dados referentes ao COAP representam a linha de base do acumulado até 2015. Em 2016, não foi contratualizada nenhuma nova região de saúde.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
4. Implantar pelo menos 1 Núcleo de Economia, Informação, Monitoramento e Avaliação da Saúde em cada região do País.	Número de Núcleos implantados	0	0	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
5. Reduzir, anualmente, o prazo médio dos processos de aquisição de Insumos Estratégicos para Saúde (IES).	Prazo médio registrado	Não se aplica	Em andamento.	Não se aplica
6. Apoiar os entes da Federação para que 100% tenham Planos de Saúde.	Percentual de Entes da federação apoiado	100%	Plano Municipal de Saúde - 93%. Plano Estadual de Saúde – 59,3%. ¹⁵	2015.8287 – Aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa e da gestão compartilhada do SUS
7. Apoiar os entes da federação para que 100% tenham Conselhos de Saúde legalmente instituídos e em funcionamento.	Percentual de Entes da federação apoiado	85%	80,61	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade

¹⁵ O quantitativo de Planos foi extraído do Sargsus em 16/08/2016. A informação referente ao Plano Estadual de Saúde trata-se do período de 2016 a 2019.

Informações Adicionais

Todas as Secretarias de Saúde no Brasil instituíram Fundos de Saúde e estão em funcionamento. No entanto, com o intuito de certificar quanto à regularidade dos Fundos de Saúde, o FNS está identificando e mapeando as leis de criação dos Fundos, visando aperfeiçoar o monitoramento deste indicador.

As ações relativas ao processo de contratualização interfederativa, de acordo com o previsto no Decreto 7.508/11, estão suspensas. No entanto, em reunião do Plenário da CIT de julho, foi pactuada a constituição de subgrupo tripartite, formalizado por meio da Resolução CIT nº 3/2016, com a finalidade de rever o Decreto 7.508/2011, e apresentar propostas em até 90 (noventa) dias. Está sendo elaborado um documento com o histórico do processo de implementação do Decreto 7.508/11, que poderá subsidiar a discussão do subgrupo tripartite.

A Resolução nº 5, de 25 de agosto de 2016, da Comissão Intergestora e Tripartite – CIT, instituiu o Comitê Gestor da Estratégia e-Saúde, definindo sua composição, competência, funcionamento e unidades operacionais na estrutura do Ministério da Saúde. É esse Comitê Gestor que irá conduzir a implantação do e-Saúde. O processo de aquisição da solução de repositório de informação clínicas que armazenará as informações do RES já foi desenvolvido pela equipe de planejamento da contratação com o apoio do DATASUS.

Objetivo 13. Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Este objetivo contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Ago.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Pactuar novos critérios de rateio entre os entes federados a partir das responsabilidades sanitárias.	Critérios pactuados	0	0	2015.8287 – Aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa e da gestão compartilhada do SUS
2. Aumentar, anualmente, o ressarcimento dos planos de saúde ao SUS em decorrência das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais especializados.	Índice de ressarcimento alcançado	30,8	28,25%	2015.4339 – Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar; 2015.8727 – Aperfeiçoamento do sistema de informação para saúde suplementar
3. Aprimorar o processo de execução das emendas individuais, com ênfase na pactuação de critérios para projetos prioritários, na eficiência dos investimentos e na sustentabilidade do SUS.	Processo de execução de emendas aprimorado	Não se aplica	Em andamento.	Não se aplica
4. Instituir novas modalidades de repasse de recursos, induzindo linhas de cuidado integral para acesso às especialidades.	Modalidade de repasse de recursos implantada	Não se aplica	Em andamento.	Não se aplica
5. Reduzir, anualmente, o preço médio das aquisições contratuais baseadas em Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).	Preço médio das aquisições reduzido	Não se aplica	Em andamento.	Não se aplica

Informações Adicionais

No que tange ao ressarcimento dos planos de saúde ao SUS, de janeiro a agosto deste ano foram emitidas 354.545 decisões em 1º instância e 8.901 decisões em 2ª instância, totalizando 363.446 atendimentos analisados. Das decisões em 1ª instância proferidas no período mencionado, estima-se, com base na série histórica de recursos protocolados pelas OPS, que 269.454 atendimentos serão contestados. Assim, podemos concluir que 28,25% do passivo de atendimentos à saúde realizados no SUS, por usuários de planos de saúde, foi analisado até agosto de 2016.

Foram cadastradas 11.149 propostas de financiamento referentes às emendas individuais no ano de 2016, que totalizam cerca de R\$3,6 bilhões em projetos voltados para estruturação das ações e serviços em saúde. No dia 16/05 foi encaminhado ao Congresso Nacional a relação das propostas com impedimento técnico, que totalizam cerca de 1,1 bilhão de reais. Após a análise pelos parlamentares, as propostas retornaram ao MS para os ajustes necessários ao seu prosseguimento. Das propostas aprovadas no primeiro ciclo, aproximadamente 1,8 bilhão já foi empenhado e encontram-se no processo de formalização.

ANEXO I

Atividades de controle encerradas no 2º Quadrimestre de 2016 – Por tipo

Atividade	Total
Auditoria	682
Fiscalização	-
Verificação do TAS	37
Visita Técnica	119
Total Geral	838

Atividades de controle encerradas no 2º Quadrimestre de 2016 – Por objeto

Objeto	Total
Assistência Farmacêutica	242
Atenção básica	149
Gestão	35
Investimento	18
Média e Alta complexidade	282
Vigilância em Saúde	8
Fora de bloco de financiamento	104
Total Geral	838

OBS: Informação acumulada de janeiro a agosto de 2016.

Classificação das constatações das ações de controle (Auditoria e Fiscalização) - 2º quadrimestre de 2016 –

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Assistência Farmacêutica	145	205	350
Assistência Farmacêutica - Componente Especializado	3	7	10
Assistência Farmacêutica - Medicamentos estratégicos	7	5	12
Assistência Farmacêutica Básica	127	166	293
Componentes Básico e Especializado	2	7	9
Componentes Básico e Estratégico		1	1

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Componentes Básico, Estratégico e Especializado	6	19	25
Assistência Média e Alta Complexidade	1681	1358	3039
Assistência Ambulatorial	172	277	449
Assistência Hospitalar	387	425	812
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	333	320	653
SAMU 192	789	336	1125
Atenção Básica	416	517	933
ESF - PACS/PSF	135	144	279
ESF Saúde Bucal	40	52	92
Processo de Trabalho	126	150	276
Resultado	22	19	41
Unidades Básicas de Saúde	91	151	242
Visita Domiciliar	2	1	3
Cadastramento de Serviços		3	3
Média e Alta Complexidade		3	3
Controle Social	123	133	256
Conferência de Saúde	7	1	8
Conselho de saúde	112	124	236
Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário	4	8	12
Controles Internos	36	111	147
Estrutura	4	9	13
Processo	31	101	132
Resultado	1	1	2
Engenharia/Arquitetura	33	103	136
Equipamentos	2		2
Obras e Serviços	31	103	134
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	8	10	18
Educação em Saúde	6	3	9
Gestão do Trabalho	2	7	9
Gestão Municipal	15	19	34
Assistência de Atenção Básica	8	11	19

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Regulação	7	8	15
Humanização da atenção e gestão da saúde	6	4	10
Direitos e deveres dos usuários	6	4	10
Programa Farmácia Popular do Brasil	323	1412	1735
Unidades Privadas-Aqui Tem Farmácia Popular	323	1412	1735
Programas Estratégicos	56	29	85
Estrutura	19	5	24
Processo	28	14	42
Resultado	9	10	19
Recursos Financeiros	882	870	1752
Contrato	77	122	199
Convênios	56	37	93
Emenda Constitucional 29/2000	79	46	125
Execução Orçamentária	158	211	369
Fundo a Fundo	207	135	342
Fundo de Saúde	186	138	324
Licitação	119	181	300
Recursos Humanos	23	47	70
Gestão	13	23	36
Profissionais de Saúde	10	24	34
Rede Cegonha - Ambiência e Boas Práticas	108	47	155
Ações de humanização para a gestante	13	8	21
Ações de humanização para o recém-nascido	16	1	17
Banco de Leite	20	8	28
Educação permanente	22	10	32
Partograma	8	12	20
Práticas não recomendadas	12	7	19
Relatórios de transferência	9	1	10
Segurança do paciente	8		8
Rede Cegonha - Caderneta de Saúde da Criança	48	6	54
Recebimento e Distribuição	48	6	54

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Rede Cegonha - Componente Pré-Natal	139	43	182
Atenção Básica	139	43	182
Rede Cegonha - Contrato de Gestão	99	60	159
Comissão/Comitê de Acompanhamento/Monitoramento de Contratos	12	7	19
Contratualização	40	24	64
Recursos financeiros	47	29	76
Rede Cegonha - Coordenação	186	132	318
Fórum Estadual/Perinatal da Rede Cegonha	22	21	43
Grupo Condutor Estadual/Regional	34	20	54
Regulação	130	91	221
Rede Cegonha - Gestão	302	133	435
Acessibilidade	17	21	38
Caderneta de Saúde da Criança	17	4	21
Cartório	24	4	28
CCIH	17	2	19
Colegiado Gestor	17	7	24
Comissão de Óbito	17	6	23
Comissão de Prontuário	18	3	21
Contratualização	18	6	24
NIR	13	4	17
Núcleo de Segurança do Paciente	17	5	22
Ouidoria	18	5	23
Populações vulneráveis	12	12	24
Principais causas de óbitos	10		10
Recursos financeiros	14	10	24
Teste rápido e protocolos	25	2	27
Triagem Neonatal	23	8	31
Vigilância e indicadores	25	34	59
Rede Cegonha - Leitos, Prof. Direito Acompanhante	255	194	449
Alojamento Conjunto (Alcon)	45	39	84
Centro Obstétrico (CO)	69	44	113

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
CPNi (PPP)	27	14	41
Documentos e rotinas técnicas	21	18	39
Leitos	19	35	54
Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal (UCINCo)	23	20	43
Unidade de Tratamento Intensivo Canguru (UCINCa)	16	7	23
Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal (UTIn)	35	17	52
Rede Cegonha - Plano de Ação Regional (PAR)	86	65	151
Monitoramento e Relatório de Avaliação do PAR	86	65	151
Rede Cegonha - Transporte Seguro	24	6	30
Disponibilidade de transporte	24	6	30
Rede Cegonha - Vaga Sempre	23	7	30
Gestão interna de leitos	23	7	30
Rede Cegonha-Acolhimento e Classificação de Risco	20	13	33
Sala de Acolhimento e Classificação de Risco	20	13	33
Regionalização, Planejamento e Programação	325	352	677
Comissão Intergestores Bipartite	11	3	14
Estrutura Organizacional	13	6	19
Instrumentos de Planejamento PPA	8	8	16
Instrumentos de Planejamento PS	12	15	27
Instrumentos de Planejamento RAG	4	15	19
Instrumentos de Planejamento SISPACTO	5	8	13
Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI	10	7	17
Plano de Saúde	145	107	252
Relatório de Gestão	111	178	289
Termo de Compromisso de Gestão	6	5	11
Regulação	106	137	243
Centrais de Regulação	77	82	159
Controle e Avaliação	29	55	84
Saúde Bucal CEO (media e alta complexidade)	7	11	18
Estrutura	3	4	7
Processo	3	2	5

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Resultado	1	5	6
Saúde do Trabalhador	89	99	188
Ações	20	22	42
Estrutura Física	3	3	6
Estruturação	21	11	32
Plano de Ação de Saúde do Trabalhador	7	8	15
Produção de Informação	18	19	37
Recursos Humanos	12	14	26
Recursos Materiais	6	8	14
Regionalização	2	14	16
Sistema Nacional de Auditoria	5	11	16
Estrutura	1	5	6
Processo	1	6	7
Resultado	3		3
Vigilância em Saúde	101	116	217
Vigilância Ambiental	3	2	5
Vigilância Epidemiológica	75	97	172
Vigilância Sanitária	23	17	40
Total Geral	5670	6253	11923